

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

DAVID BEDUM OLIVEIRA

**APLICAÇÃO DO ARTIGO 523, § 1º DO CPC, NA EXECUÇÃO
TRABALHISTA.**

Porto Alegre
2017

DAVID BEDUM OLIVEIRA

APLICAÇÃO DO ARTIGO 523, § 1º DO CPC NA EXECUÇÃO TRABALHISTA.

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de
Especialista em Direito do Trabalho
junto à Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul

Orientador: Prof. Dr. Leandro Do
Amaral D. De Dorneles

Porto Alegre
2017

RESUMO

Com o intuito de trazer uma maior celeridade e efetividade ao processo, tivemos a criação da lei 11.232/2005, que entre suas mudanças, trouxe para dentro do processo civil o artigo 475-J, alterado para o artigo 523, § 1º com o advento do código de processo civil editado pela LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015, sendo certo que, o artigo 523, § 1º do CPC prevê em seu caput, uma multa de 10% sobre o valor da execução, caso não haja o pagamento espontâneo no prazo de quinze dias, bem como honorários advocatícios de 10%. Este artigo, pela celeridade e efetividade trazida, tem sido muito discutido no âmbito trabalhista, uma vez que é de interesse de muitos que esse sincretismo também atinja este rito, uma vez que se entende que a CLT carece neste sentido. Desta feita, será abordada a doutrina sobre o tema, para que possam ser compreendidos os argumentos que dão sustento a defesa ou não da aplicação deste artigo na execução trabalhista, tendo em vista que há divergências doutrinárias neste sentido. Em face da matéria não ser pacífica nem mesmo na jurisprudência, serão analisadas e exemplificadas decisões neste sentido, de Tribunais Regionais favoráveis e de Tribunais Regionais desfavoráveis, além do entendimento do Tribunal Superior do trabalho.

Palavras-chave: Celeridade e efetividade; Lei 11.232/2005; Artigo 523, § 1º; CLT; Tribunais Regionais; Tribunal Superior do Trabalho.

LISTA DE SIGLAS

CPC – Código de Processo Civil

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

C.F – Constituição Federal

TST – Tribunal Superior do Trabalho

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. HISTÓRICO DA EXECUÇÃO E PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO.....	7
1.1. ESBOÇO HISTÓRICO	7
1.2 CONCEITO	11
1.3 PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DA EXECUÇÃO	12
1.3.1 Igualdade de tratamento entre as partes.....	13
1.3.2 Da natureza real.....	14
1.3.3 Da limitação expropriatória	14
1.3.4 Da utilidade para o credor	15
1.3.5 Da não prejudicialidade do devedor	16
1.3.6 Da especificidade	17
1.3.7 Da responsabilidade pelas despesas processuais	18
1.3.8 Do não aviltamento do devedor	18
1.3.9 Da livre disponibilidade do processo pelo credor.....	19
2. A LEI 11.232/2005 E A EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	21
2.1 AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI 11.232/2005	21
2.2 O ARTIGO 523, § 1º (artigo 475-J do CPC de 1973) do CPC	23
2.3 A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA NO DIREITO DO TRABALHO.....	27
2.3.1 Do momento inicial da execução e seu pagamento.....	27
2.3.2 Dos embargos, penhora e arrematação.	29
2.3.3 Da aplicação subsidiária de outras normas na execução trabalhista	32
3. A APLICAÇÃO DO ARTIGO 523, § 1ª DO CPC NA EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	34
3.1 POSIÇÕES FAVORÁVEIS A APLICAÇÃO.....	34
3.2 POSIÇÕES CONTRÁRIAS A APLICAÇÃO	42
3.3 ANÁLISES JURISPRUDENCIAIS SOBRE O TEMA.....	48
3.3.1 Tribunais Favoráveis.....	48
3.3.2 Tribunais Desfavoráveis	50
3.3.3 Entendimento do Tribunal Superior do Trabalho	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

O enfoque deste trabalho está na aplicação da multa prevista no artigo 523, § 1º do CPC, dentro do processo trabalhista, no qual a motivação para esta pesquisa é justificada pela atualidade e relevância que o mesmo representa no âmbito trabalhista, tendo em vista se tratar de um assunto que gera controvérsia sempre que é trazido a baila, despertando desta forma, um anseio jurídico pela pacificação, tanto da doutrina como também da jurisprudência.

O referido artigo trouxe para dentro do processo trabalhista, a possibilidade de uma nova sistemática de execução, merecendo destaque, a aplicação de multa de 10% sobre o valor da execução em caso de não pagamento da quantia do qual se foi condenado no prazo legal.

Desta feita, será feita uma análise de entendimentos doutrinários sobre o tema, correlacionando posições contrárias e favoráveis à aplicação, a fim de melhor entendermos os argumentos que são utilizados neste sentido.

No âmbito das jurisprudências, o assunto também tem gerado grandes embates entre os magistrados, havendo divergências inclusive dentro dos tribunais regionais, conforme será analisado em momento oportuno, juntamente com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho.

O método de pesquisa utilizado para tanto, será o de revisão bibliográfica em livros, periódicos, revistas jurídicas e análises jurisprudenciais.

Portanto, em um primeiro momento, se inicia um estudo básico sobre o histórico da execução, desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, bem como seu conceito e princípios informativos, a fim de entendermos melhor a importância da execução dentro do processo e a necessidade de pacificação sobre o embate que vem sido gerado em torno da multa.

Uma vez superada esta questão, se passa a analisar de forma sucinta a lei 11.232/2005, que foi a causadora deste sincretismo processual através da criação do artigo 475-J previsto no código de processo civil de 1973, atualizado para o artigo 523, § 1º com o advento do novo Código de Processo Civil, que

vem travando embates entre a doutrina e jurisprudência. Ainda neste sentido, se analisa de forma geral, o procedimento da execução trabalhista a luz da CLT, a fim de elucidar uma possível compatibilidade deste rito, com a multa pelo não pagamento da obrigação, prevista no artigo 523, §1º do CPC.

Superado este aspecto geral, a análise se volta a um estudo doutrinário defendendo a aplicabilidade do artigo 523 §1º do CPC dentro da execução trabalhista, havendo por sua vez, a parcela contrária da doutrina a esta aplicação, que também está destacada neste trabalho.

Ao final, é citada a relação de tribunais regionais contrários e favoráveis à aplicação do artigo 523, §1º do CPC dentro do processo trabalhista, ilustrados a partir de exemplos de decisões dos tribunais regionais e do tribunal superior do trabalho, podendo-se analisar os argumentos que vem fazendo com que os magistrados diverjam em suas decisões, causando esta instabilidade jurídica.

1. HISTÓRICO DA EXECUÇÃO E PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO

Neste primeiro capítulo, é importante analisarmos de uma forma sucinta, os aspectos históricos da execução, a fim de compreendermos sua evolução desde os primórdios até os dias atuais, um período que envolve muitas modificações na forma de se executar.

Ainda neste foco, analisaremos de uma forma geral, o conceito de execução, que traz muitas particularidades, que nos ajudará a compreender a importância deste meio de satisfazer os direitos das partes.

Por fim, será feita uma análise específica aos princípios norteadores da execução, que não podem ser ignorados ao se tratar do tema, pois tais princípios garantem um processo justo entre as partes que recorrem ao poder judiciário para ver seu direito declarado.

1.1. ESBOÇO HISTÓRICO

Na Roma antiga, existiam leis extremamente rigorosas contra a pessoa que não cumprisse alguma obrigação que houvesse contraído, sendo que a execução destas obrigações se dava sobre a pessoa do devedor, e não sobre os bens deste, como ocorre contemporaneamente¹.

Inicialmente, tivemos o período *Legis Actiones* que perdurou até a metade do século II A.C, onde o processo era dividido em *In iure* e *In iudicio*. Na *In iure* se caracteriza a oralidade, sendo que após a citação do demandado, as partes compareciam perante o juiz que apenas presidia o ato. Na *In iudicio* o juiz após ouvir as partes e as testemunhas, decidia condenando ou absolvendo o réu, sendo que se fosse condenado se procedia com a *actio per manus injectio*².

Neste sistema de *manus injectio*, consagrado pela lei das XII Tabuas, trinta dias após a sentença o credor podia levar o devedor até o juiz mesmo que fosse preciso se utilizar de medidas drásticas. Diante do juiz o devedor podia pagar ou encontrar alguém que pagasse sua dívida. Caso não houvesse

¹ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Execução no processo do trabalho*. 10. ed. São Paulo: ed. LTR, 2011, p. 44.

² SOUZA, Marcelo Papaléo De. *Manual da execução trabalhista*. São Paulo: LTR, 2005, p. 23-24.

o pagamento o credor estava autorizado a levar o devedor para sua casa e o acorrentar num cárcere privado, devendo anunciar a dívida que o devedor possuía em três feiras, com o intuito de ser pago por algum familiar ou algum terceiro. Não sendo pago, o credor podia vender o devedor como escravo ou mata-lo, sendo ainda permitido esquartejar e dividir os restos mortais no caso de mais de um credor³.

A *legis actiones*, apenas era aplicada entre cidadãos Romanos, não abrangendo relações de estrangeiros com Romanos, sendo que tal sistema estava se mostrando insuficiente para atender as necessidades, necessitando-se de um sistema mais abrangente. Desta forma nasceu a *Per Formulas* que perdurou até o século III D.C, que se tratava de um documento escrito que descrevia o litígio, cabendo ao juiz decidir, sendo que a execução era sempre pecuniária, mesmo que o objeto fosse certo e determinável⁴. Neste período ainda, não se podia condicionar a execução sobre um mínimo de bens necessários a subsistência do devedor, sendo que esta podia recair sobre a totalidade de seus bens⁵.

Através do período da *Cognitio extra Ordinem* que teve seu início a partir do século III D.C, o processo começou a ser efetivamente público, pois todas as fases passaram a se desenrolar perante um juiz, sendo que a oralidade abriu espaço para documentos escritos, podendo a parte que se sentiu prejudicada, se usar da *apellatio*, que era um recurso genuíno⁶. Neste período, a execução se dava de maneira mais amena, de modo que se atingia apenas os bens necessários a satisfação do crédito⁷.

No século V D.C, tivemos a chamada *Lex Poetelia*, que representou um dos primeiros e expressivos marcos históricos, que teve como intenção humanizar a execução. Pois através desta lei, o devedor não respondia mais

³ SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: ed Método, 2007, p. 526-527.

⁴ SOUZA, Marcelo Papaléo De. **Op. Cit.** p. 23-24.

⁵ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 33. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2012, p. 744.

⁶ SOUZA, Marcelo Papaléo De. **Op. Cit.** p. 23-24.

⁷ MARTINS, Sergio Pinto. **Op. Cit.** p. 744.

com sua vida, mas sim com seus bens economicamente avaliáveis. Isto de certo modo, deu-se por influência do cristianismo⁸.

Ainda dentro deste período clássico, tivemos outras formas de execução, sendo algumas delas: A *Pignoris Carpio*, onde o próprio credor passou a ter a possibilidade de apreender os bens do devedor, desde que estivesse acompanhado de três testemunhas; a *Actio Iudicati* que se tratava de uma nova ação capaz de executar o reconhecido na sentença; a *bonorum venditio* onde os bens eram arrecadados e entregues a um *curator bonorum* escolhido pelos próprios credores, sendo que os bens futuramente seriam alienados em hasta pública. Por fim de todo este período clássico tivemos o processo extraordinário, no qual os *apparitores*, que se assemelham aos oficiais de justiça, apreendiam os bens, recaindo a penhora apenas sobre o valor da dívida e não sobre todos os bens, tendo o credor preferência na compra dos bens, e caso tivesse mais de um credor se dava por concurso, segundo a regra do *conditio creditorum*⁹.

Já no direito Brasileiro, antes da independência, se aplicavam as normas do reino de Portugal, vigendo no período do descobrimento as ordenações Afonsinas, Manoelinas e Filipinas. Após a independência num primeiro momento continuaram a vigorar o sistema do Direito Filipino e também leis extravagantes, até a publicação do decreto nº 737 de 1850 que passou a regular o direito comercial¹⁰.

Em 1890 com o surgimento do decreto 763, foi determinado que passasse a vigorar o decreto 737 em casos de julgamento e execução de causas cíveis, exceto quando em casos especiais¹¹. Este decreto, segundo Manoel Antônio Teixeira Filho¹², previa três tipos de execuções, senão vejamos:

- A ação decendiária, introduzida através das ordenações lusitanas, para cobrar dividas por escrituras publicas, contratos mercantis entre outros títulos desta natureza.

⁸ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Op. Cit.* p.44.

⁹ Ibidem p. 45.

¹⁰ SOUZA, Marcelo Papaléo De. *Op. Cit.* p.30.

¹¹ Ibidem p. 31-32.

¹² TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Op. Cit.* p. 48 - 49.

- A ação executiva, que se aplicava nos casos que não cabia ação decendiária, como por exemplo cobrança de despesas e comissão de corretagem, onde o réu era chamado para pagar a dívida e não a defender-se. Todavia, o mesmo poderia interpor embargos, que se não fossem apresentados ou rejeitados, iniciava-se a execução.

- A execução de sentença, como o nome já diz, se procedia à citação do devedor para pagar o valor da condenação em 24 horas ou indicar bens, e caso fosse ilíquida, este deveria quantificar a obrigação; cabendo também embargos, que caso não fossem acolhidos permitia a execução com bens levados a praça.

Cumprе destacar, que em 1891 houve a primeira constituição republicana, que atribuiu aos Estados o poder de legislar sobre os processos, podendo elaborar seu próprio estatuto, sendo que em 1934 através da constituição federal, foi restabelecido o poder exclusivo da união para tanto. O primeiro código de processo civil propriamente dito, somente foi formulado em 1939, tendo entrado em vigor em 1º de março de 1940. Houve a divisão do processo de execução em ação executiva e execução de sentença¹³.

Já na esfera trabalhista, segundo Manuel Antonio Teixeira Filho¹⁴, houve as primeiras legislações através dos decretos instituídos a fim de reger a execução trabalhista, onde podemos listar três:

Decreto Lei n. 1.237/39 de 02 de maio de 1939, considerado um dos primeiros textos legais, que dispunha sobre processo do trabalho especificamente, e tratava basicamente sobre prazos para pagamento, competência e embargos a execução; Decreto Lei n. 6.596/40, que seguiu os mesmos moldes do decreto anterior, apenas com algumas alterações pontuais; Decreto Lei n. 5.452/43 que entrou em vigor em 10 de novembro de 1943, sendo o instituidor da atual consolidação das leis do trabalho

Desde então, diversas leis foram sendo criadas, até chegarmos ao atual código de processo civil e na Consolidação das Leis do Trabalho.

¹³ SOUZA, Marcelo Papaléo De. **Op. Cit.** p. 31-32.

¹⁴ TEIXEIRA FILHO, Manuel Antonio. **Op. Cit.** p. 50-53.

1.2 CONCEITO

A função jurisdicional vai muito além de apenas julgar uma ação, pois é preciso efetivar esta medida, ou seja, é preciso modificar a realidade de acordo com o direito de qual a parte tem direito, e isto se dá através da execução¹⁵.

A execução é “[...] um conjunto de atos com os quais o Poder Judiciário busca propiciar ao titular de um direito a satisfação deste, à custa de outro sujeito.”, e ainda, “Executar é *dar efetividade* e execução é *efetivação*.”¹⁶.

A Execução seria ainda o processo onde o estado, mediante sua força coativa, baseando-se em título judicial ou extrajudicial, torna efetiva a sanção, alcançando mesmo contra a vontade do devedor a satisfação dos direitos do credor¹⁷.

Desta forma, os atos de natureza cognitiva são radicalmente diferentes dos de natureza executiva, pois enquanto que na fase cognitiva os atos do juiz são para transformar o fato em direito, na executiva são para transformar o direito em fato¹⁸.

Através da execução, se busca sem a vontade do executado, garantir ao exequente o resultado prático a que teria direito, se não houvesse o inadimplemento, garantindo o constrangimento do devedor por via do poder judiciário, tendo em vista o não pagamento de sua obrigação¹⁹.

A execução é uma atividade jurisdicional do Estado, que tendo em vista a inconveniência dos métodos antigos, onde as próprias partes resolviam suas pendências, passou a tomar parte na defesa dos direitos individuais, trazendo para si os encargos de compor os conflitos de interesses. Estando garantida através do direito de ação disposto no artigo 5º XXXV da C.F.²⁰.

¹⁵ CINTRA, Antônio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 30. ed. São Paulo: ed. PC editorial LTDA, 2014, p. 344.

¹⁶ Ibidem. p. 334

¹⁷ TEIXEIRA FILHO, Manuel Antonio APUD SANTOS, Moacyr Amaral. **Op. Cit.** p.30.

¹⁸ ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 13. ed. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2010, p. 97.

¹⁹ SOUZA, Marcelo Papaléo De. **Op. Cit.** p. 60.

²⁰ TEIXEIRA FILHO, Manuel Antonio. **Op. Cit.** P. 31 - 32

É ainda, de índole essencialmente coercitiva, que está ligada ao caráter sancionatório do título executivo, onde o Estado pode valer-se de todos os meios coercitivos para que o devedor seja conduzido a adimplir a dívida²¹.

Bem assinala Araken de Assis em sua obra²²:

Em toda execução há invasão da esfera jurídica do executado. Trata-se de algo mais amplo do que a simples ruptura do estreito círculo patrimonial. Ela é necessária à vista de certos bens pessoalíssimos (p. ex., “a intimidade”) e de alguns direitos dotados de valores expressivos (p. ex., o crédito alimentar). Com o propósito de atuá-los *in natura*, o CPC, conservadoramente, utiliza violenta pressão psicológica (*psychise Zwang*), culminada pela incidência de sanção pecuniária (*areinte*: ars. 287, 461, §§ 5.º e 6.º, 461-A, § 3.º, 621, parágrafo único, 644 e 645) ou pessoal (prisão: art. 733, § 1.º), o que, indubitavelmente, penetra na esfera jurídica do executado; porém, se o expediente tiver êxito, a execução atingirá o patrimônio só por via reflexa.

Os atos executivos ainda podem ser divididos em atos de apreensão, que seriam os atos iniciais da penhora ou ainda, os atos de desapossamento; atos de transformação que podem ser exemplificados como prática de uma execução fungível conforme o disposto no artigo 815 do CPC; atos de custódia, que seriam os depósitos da coisa ou prisão da pessoa executada; atos de entrega que seria a entrega do dinheiro adquirido através da expropriação ou ainda, a imissão na posse; atos de transferência que seria o caso da arrematação; e por fim, atos de pressão, que servem para constranger a vontade do devedor a cumprir a obrigação²³.

Através desses atos executivos, a esfera jurídica do devedor é invadida, se dando através do poder coercitivo do estado à transferência forçada de valores, para o patrimônio de outra pessoa, ou seja, o credor.

1.3 PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DA EXECUÇÃO

A execução de uma forma geral é regida por uma série de princípios, que visam garantir uma segurança dentro da execução. Estes princípios, segundo Marcelo Papaléo de Souza²⁴, possuem três funções:

²¹ Ibidem. p. 34.

²² ASSIS, Araken de. **Op. Cit.** p. 99.

²³ Ibidem. p. 100.

²⁴ SOUZA, Marcelo Papaléo de. **Op. Cit.** p. 50

A função informadora, que se refere a um momento pré-positivo, ou seja, os princípios surgem para auxiliar em um momento que ainda se discute o conteúdo da norma jurídica.

A função normativa, que serve para suprir lacunas deixadas na legislação, sendo que a utilização de determinado princípio se dá de acordo com o caso concreto, quando a normatividade positiva não foi prevista.

Por fim, a função interpretadora, que serve para realizar a interpretação de uma norma que já existe no qual não se discute a sua existência e sim o seu sentido real, sendo o critério para o juiz ou intérprete.

Para compreendermos melhor estes princípios que regem a execução, o analisaremos individualmente.

1.3.1 Igualdade de tratamento entre as partes

Este princípio se encontra elencado no artigo 5º, caput da C.F, que assegura a todos a igualdade de tratamento perante a lei. No âmbito da execução, este princípio se trata da digna observância da lei, ao passo de que na prática naturalmente a posição do credor é de grande superioridade, possuindo uma preeminência jurídica perante o devedor, que deve se sujeitar ao comando imposto pela sentença, ou do próprio título extrajudicial²⁵.

Esta superioridade dada ao credor, não contraria o princípio exposto, pois a igualdade mencionada na constituição se refere a um tratamento igual a quem está na mesma situação jurídica, devendo se aplicar no caso da execução a igualdade real, que impõe um tratamento desigual a desiguais, com o intuito de se atingir a igualdade substancial²⁶.

Este tratamento desigual a desiguais foi muito bem exposto em uma decisão do Tribunal Regional da 6ª Região²⁷, senão vejamos:

EMENTA: PROCESSO DO TRABALHO. CONSTITUCIONALIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO ÀS PARTES EM RELAÇÃO AO NÃO-COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA INAUGURAL. PRINCÍPIO DA IGUALDADE MATERIAL. A norma contida no art. 844, da CLT, ao impor

²⁵ SARAIVA, Renato. *Op. Cit.* p. 530.

²⁶ SOUZA, Marcelo Papaléo de. *Op. Cit.* p. 53 – 54.

²⁷ TRT 6ª R., RO 0096500-51.2009.5.06.0122, 1ª turma, Rel. Aline Pimentel Gonçalves, Data do Julgamento. 17/06/2010, origem 02ª Vara do Trabalho de Paulista –PE, Data da Publicação: 24/08/2010. Disponível em: < <http://www.trt6.jus.br/portal/servicos/consulta-processual> > Acesso em: 08. Set. 2017.

tratamento diferenciado ao reclamante e ao reclamado, consubstancia a igualdade material prevista no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal. Não se trata, portanto, de violação à isonomia, mas sim da consagração desse princípio em sua acepção material, segundo a qual devem ser tratados igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.

Neste acórdão, se entendeu que a norma contida no artigo 844 da CLT, que trata do arquivamento da demanda no caso de não comparecimento do reclamante e da revelia em caso de não comparecimento da reclamada, em nada viola o princípio da igualdade de tratamento entre as partes, uma vez que se trata de uma igualdade material, que é devidamente aceita.

Desta forma, este princípio está ligado ao fato de que o juiz deve tratar as partes por igual, no sentido de não permitir, por exemplo, que somente uma das partes possa produzir provas nos embargos à execução²⁸.

1.3.2 Da natureza real

Desde o momento em que o Estado trouxe para si o monopólio de dispor sobre a prestação jurisdicional, a execução passou a se dar sobre o patrimônio do devedor, e jamais sobre sua pessoa. Inclusive podemos analisar o artigo 591 do CPC, que nos ensina que o devedor deve responder com todos os seus bens, sejam ele presentes ou futuros, salvo as devidas restrições que estão elencadas em lei. Confirmando isso, o artigo 824 do CPC, nos ensina que a execução por quantia certa, busca expropriar os bens do devedor para satisfazer os interesses do credor²⁹.

Cumprido destacar, que a execução está limitada ao valor da dívida, não incidindo sobre todos os bens do executado, quando não for necessário para satisfazer o crédito, sendo que o excesso de execução pode muito bem ser objeto de embargos³⁰.

1.3.3 Da limitação expropriatória

Através deste princípio, o devedor tem a garantia de que não serão alienados todos os seus bens, quando apenas partes destes já bastem para atender os interesses do credor³¹.

²⁸ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Op. Cit.* p. 94.

²⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 9. ed. São Paulo: ed. LTR75, 2011, p. 1022

³⁰ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Op. Cit.* p. 95.

³¹ SARAIVA, Renato. *Op. Cit.* p. 531.

No caso de penhora, o limite se dá com os bens que bastem para o pagamento do principal, acrescido de juros, custas e honorários advocatícios. No caso de arrematação, esta ficará suspensa quando o produto da alienação for suficiente para saldar a dívida, conforme previsão do artigo 899 do CPC. Ainda sobre o tema, podemos verificar os artigos 833 do CPC e 883 da CLT, onde o primeiro trata dos bens que são impenhoráveis, ao passo que o segundo trata da limitação dos bens a serem penhorados e os acréscimos devidos ao valor da condenação³².

Entretanto, conforme decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região³³, um bem que possua um valor muito maior que o valor devido não viola este princípio, uma vez que depois de satisfeito o crédito do credor, o valor que sobrar voltará ao patrimônio do devedor, senão vejamos:

AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA. BEM IMÓVEL. NÃO OCORRÊNCIA DE EXCESSO. PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO EXPROPRIATÓRIA. ART. 655 DO CPC. Não tendo havido a manifestação do executado ao chamado da Justiça, para pagamento ou indicação de bens para satisfação do crédito, impõe-se a constrição sobre o bem imóvel como medida legal para forçar o executado a sair da inércia deletéria e conveniente, ao tempo que satisfaz o objetivo do processo judicial, que é a completa entrega da prestação jurisdicional. Segundo informa o princípio da limitação expropriatória, o objetivo da execução é compelir o devedor a cumprir a obrigação contida no título exequendo, sendo vedados os atos que acarretem excessos na alienação do patrimônio do devedor. No caso não vejo qualquer exação desproporcional, considerando que o bem é suficiente para cobrir o pagamento do crédito principal e demais encargos da execução, retornando ao patrimônio do executado o que sobejar. Com efeito, após a observância da ordem preferencial de constrição de que trata o art. 655, do CPC (I – dinheiro; II - veículos de via terrestre; III bens móveis em geral), recai na sequência a penhora sobre bens imóveis (inciso IV). Agravo de petição provido.

1.3.4 Da utilidade para o credor

O princípio da utilidade garante que o credor não se utilizará do processo de execução apenas para causar danos ao credor, quando o patrimônio do devedor não baste para adimplir a dívida. Sendo, que nesta

³² TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Op. Cit.* p. 95 – 96.

³³ TRT 14ª R., AP **0000233-64.2005.5.14.0403**, 2ª turma, Rel. Carlos Augusto Gomes Lôbo, Data do Julgamento. 12/05/2010, origem 03ª Vara do Trabalho de Rio Branco - AC, Data da Publicação: 13/05/2010. Disponível em: < http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/TRT-14/IT/AP_233_RO_1305784337370.pdf?Signature=Rv3hEI7OPKctoilttsRyM2gO16E%3D&Expires=1411059141&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=d9b5e5596c445f885df744a37e134ee0 > Acesso em: 08. Set. 2017.

situação o juiz deverá suspender o processo nos termos do artigo 40 da lei n. 6.830/80, sem que haja a prescrição³⁴.

O artigo 836, caput, do CPC não permite a penhora quando o valor da venda do bem for inteiramente absolvido pelas custas da execução. Portanto as execuções que não tem possibilidade de saldar, nem mesmo em parte a dívida, não são permitidas³⁵.

Neste mesmo sentido, temos uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região³⁶, que entendeu não ser possível a adjudicação de um terreno de menos de 59m² que está em condomínio com seus irmãos, tendo em vista que o valor adquirido com esta adjudicação será ínfimo. Portanto entendeu o tribunal em prol do princípio da utilidade para o credor, com base na legislação aplicável. Senão vejamos a ementa deste acórdão:

EMENTA: EXECUÇÃO – PRINCÍPIO DA UTILIDADE PARA O CREDOR. A execução é regida, dentre outros, pelo princípio da utilidade para o credor cuja previsão se encontra disposta nos artigos 659, §§ 2º e 3º, do CPC e 40, §3º, da lei 6.830/80. Logo, conforme a legislação em referência, devem ser evitados atos inúteis que não possibilitarão a satisfação dos créditos exequendos

1.3.5 Da não prejudicialidade do devedor

Este princípio, conforme dispõe o artigo 805, do CPC, garante que quando a execução puder ser realizada por vários modos, o juiz analisará e determinará que se realize pelo meio menos gravoso para o devedor.

Pois segundo nos ensina Manoel Antonio Teixeira Filho³⁷: “O estado de sujeição, em que o devedor se encontra ontologicamente lançado pelas normas legais, não deve constituir razão para que o credor sobre ele tripudie”.

Quando falamos de execução trabalhista, este princípio deve ser adequado, pois o trabalhador muitas vezes se encontra em situação econômica humilhante, devendo ser invertida a regra do art. 805 do CPC, a fim de se

³⁴ SOUZA, Marcelo Papaléo de. **Op. Cit.** p. 55.

³⁵ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Op. Cit.** p. 96.

³⁶ TRT 3ª R., AP 0069900-49.2006.5.03.0132, Turma Recursal, Rel. Paulo Mauricio Ribeiro Pires, Data do Julgamento. 09/11/2010, origem 02ª Vara do Trabalho de Barbacena - MG, Data da Publicação: 18/11/2010. Disponível em: <
http://as1.trt3.jus.br/consulta/detalheProcesso1_0.htm > Acesso em: 18. Set. 2017.

³⁷ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Op. Cit.** p. 96.

realizar a execução de uma maneira menos gravosa ao credor, que é a parte mais fraca nesta relação³⁸.

Vejamos o que nos diz o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região³⁹ sobre este princípio:

PRINCÍPIO DA NÃO PREJUDICIALIDADE DO DEVEDOR. Segundo o que estatui o art. 620, do CPC, o princípio da não-prejudicialidade do devedor protege-o apenas quando o credor puder promover a execução por diversos meios, o que não se configurou na hipótese vertente. Comentando o citado dispositivo legal, adverte Alcides de Mendonça Lima, que os "vários meios de executar" dizem respeito a atos em cada execução e não às espécies de execução, citando para tanto o exemplo de Pontes de Miranda, no qual a ponte a levantar-se sobre um rio ser em curva (pretendida pelo credor) ou em reta (pretendida pelo devedor, por ser mais barata, e atingindo o mesmo objetivo) revela como não se trata de modo de "promover a execução" e sim de "atos executivos" dentro da execução própria, sem que o "modus faciendi" a transforme em outra espécie".

Em sua decisão, o tribunal enfatiza a questão que este princípio só é aplicado quando a execução puder se realizar por vários modos e não quando não se tem alternativas para tanto, citando inclusive ilustre doutrinadores que explicam o que significa os vários modos definidos no artigo 805, definindo-os como atos executivos dentro da própria execução, e não modos de se promover a execução.

1.3.6 Da especificidade

Através deste princípio, temos a garantia de que a execução deverá satisfazer o direito do credor da mesma maneira que este direito seria satisfeito, caso a obrigação fosse cumprida espontaneamente, sem a intervenção estatal⁴⁰.

Desta feita, podemos observar este princípio nos artigos 809 e 816 do CPC, que tratam de execução para entrega de coisa e de fazer ou não fazer de títulos extrajudiciais. Portanto, no caso da coisa específica objeto do litígio ser deteriorada, não encontrada, ou ainda, não seja reclamada da posse de

³⁸ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Op. Cit.** p. 1023.

³⁹ TRT 3ª R., AP **777301 7773/01**, 2ª turma, Rel. Fernando Antonio de M. Lopes, Data do Julgamento. 12/03/2010, Data da Publicação: 20/03/2002. Disponível em: < http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/TRT-3/attachments/TRT-3_AP_777301_4e906.pdf?Signature=jaR3OUEoOSmp4Hsb7njSvT%2FCwmw%3D&Expires=1411062154&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=253286d735779a0580512ab0f4ba9b34 > Acesso em: 08. Set. 2017.

⁴⁰ BARBIERI, Maurício Lindenmeyer. **Curso de direito processual trabalhista**. São Paulo: ed. LTR, 2009. p. 365.

terceiros, o credor terá o direito a receber do devedor, além do valor da coisa, as perdas e danos devidas⁴¹.

1.3.7 Da responsabilidade pelas despesas processuais

As despesas processuais sempre correrão por conta do devedor. Nestas despesas se incluem custas, emolumentos, publicação de editais, honorários advocatícios e periciais, podendo inclusive que os honorários surjam após a sentença, cabendo a princípio ao devedor o pagamento⁴².

Neste sentido, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região⁴³ se posicionou, senão vejamos:

HONORÁRIOS PERICIAIS. PERÍCIA REALIZADA EM FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. A perícia realizada na fase de liquidação, procedimento complementar do processo de conhecimento, tem por escopo quantificar a obrigação defluente da sucumbência emanada do título exequendo, portanto não havendo campo para aplicação do Enunciado 236/TST, pois superada a fase de conhecimento. Na execução, além de responder o devedor pelo quantum equivalente ao crédito reconhecido à parte adversa, deve suportar todas as despesas executivas, inclusas as custas e, pelo princípio da responsabilidade pelas despesas processuais, as demais despesas do processo, como publicação de editais, emolumentos, honorários periciais e advocatícios. Recurso não provido.

Ainda, conforme o artigo 826 do CPC, essa responsabilidade persiste mesmo se haver remição, a despeito de estarem incluídos os honorários na conta elaborada da sentença exequenda. Já os honorários periciais, podem vir depois da sentença, mas mesmo assim o devedor responderá por eles⁴⁴.

Já no âmbito trabalhista, há previsão legal nos artigos 789 – A e 789 – B, ambos da CLT, que tratam da tabela de valores das custas a serem suportadas pelo executado, e os valores dos emolumentos que serão pagos pelo exequente⁴⁵.

1.3.8 Do não aviltamento do devedor

Primeiramente, podemos vislumbrar este princípio no artigo 1º, III da C.F, que trata sobre a dignidade humana, o que se pode estender a execução,

⁴¹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Op. Cit.* p. 1024.

⁴² Ibidem. p. 1024.

⁴³ TRT 24ª R., AP 0039700-77.2000.5.24.0005, Rel. Marcio Vasques Thibau de Almeida, Data do Julgamento: 30/07/2003, Origem: 5ª Vara do Trabalho de Campo Grande – MS. Data da Publicação: 04/09/2003. Disponível em: <http://www.trt24.jus.br/www_trtms/pdfViwer?tipo=DOC.DOCUMENTO&id=120383> Acesso em: 08. Set. 2017.

⁴⁴ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Op. Cit.* p. 97.

⁴⁵ SARAIVA, Renato. *Op. Cit.* p. 532 – 533.

não permitindo que ela deixe o devedor incapaz de prover sua subsistência e a de sua família⁴⁶.

Para tanto, há certos bens impenhoráveis, com o intuito de manter bens necessários para sua sobrevivência.⁴⁷ Podemos verificar estes bens no artigo 833 do CPC.

Em caso de falta de bens, a lei no seu artigo 834 do CPC, autoriza a penhora de frutos e rendimentos dos bens impenhoráveis⁴⁸.

A lei 8.009/90 nos trouxe ainda a impenhorabilidade do imóvel próprio do casal, desde que atendidos os requisitos para tanto, salvo algumas exceções, estabelecidas pela própria lei, taxativamente.

Sobre este princípio, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região⁴⁹ decidiu que os bens de utilidade doméstica que são fundamentais para a sobrevivência digna de uma família, não podem ser objeto de penhora, pois viola claramente o princípio do não aviltamento do devedor, senão vejamos:

PENHORA BENS QUE GUARNECEM A RESIDÊNCIA LEI 8.009/90. PRINCÍPIO DO NÃO-AVILTAMENTO DO DEVEDOR. SÃO IMPENHORÁVEIS OS BENS DE UTILIDADE DOMÉSTICA, TAIS COMO GELADEIRA, CAMA DE CASAL E FOGÃO, FUNDAMENTAIS À SOBREVIVÊNCIA DIGNA DE UMA FAMÍLIA, HAJA VISTA O PRINCÍPIO DO NÃO-AVILTEMENTO DO DEVEDOR. APELO PATRONAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1.3.9 Da livre disponibilidade do processo pelo credor

Este princípio nos ensina que o credor pode desistir da execução ou de parte dela, sem a anuência do devedor conforme dispõe o artigo 775 do CPC. Entretanto, para que seja homologado, precisa ser por sentença de acordo com o artigo 200, parágrafo único do CPC. A ainda, divergência quanto à desistência sem anuência do devedor quando houver embargos⁵⁰.

⁴⁶ Ibidem. p. 533.

⁴⁷ SOUZA, Marcelo Papaléo de. **Op. Cit.** p. 55.

⁴⁸ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Op. Cit.** p. 98.

⁴⁹ TRT 01ª R., AP 00715005520025010018, 6ª turma, Rel. Rosana Salim Villela Travesedo, Data do Julgamento. 16/08/2006, Origem: 18ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ. Data da Publicação: 13/09/2006. Disponível em: <
http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/44688/00715005520025010018%2313-09-2006.pdf?sequence=1&#search=digite aqui...> Acesso em: 08. Set. 2017.

⁵⁰ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Op. Cit.** p. 100.

Ainda sobre o tema, Manoel Antonio Teixeira Filho⁵¹ afirma: “[...] o credor somente poderá desistir da execução se nisso convier o devedor, porquanto este poderá ter interesse em obter um pronunciamento jurisdicional acerca da quitação, da prescrição extintiva e de outras matérias alegadas [...]”

⁵¹ Idem.

2. A LEI 11.232/2005 E A EXECUÇÃO TRABALHISTA

Antes de tratarmos da aplicação do artigo 523 §1º do CPC (art 475-J caput, do CPC de 1973) na execução trabalhista, é imperioso destacarmos alguns apontamentos acerca da lei 11.232/2005 que foi a responsável por toda essa mudança no processo civil, em especial em que pese à execução, que traz grandes reflexos na esfera trabalhista. Uma vez que ao tratarmos da lei, não há como se deixar de fora uma análise específica ao artigo 475-J do CPC/1973 (artigo 523 do novo CPC), pois o mesmo traz inovações na execução por quantia certa, com grandes reflexos na área trabalhista.

Por fim, ainda dentro deste capítulo, merece destaque apontamentos gerais sobre a execução por quantia certa no direito do trabalho, uma vez que será possível vislumbrar toda regulamentação sobre o tema, onde poderemos desta forma analisar se as lacunas deixadas pela legislação específica dão margem para aplicação subsidiária do código de processo civil, em aspecto de execução.

2.1 AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI 11.232/2005

A partir do ano de 2005, diversas leis foram criadas com o intuito de dar maior celeridade ao sistema processual civil, simplificando os procedimentos processuais. Dentre estas mudanças merece destaque a lei 11.232/2005 que entrou em vigor em 23 de junho de 2006, sendo que revogou os dispositivos que tratavam sobre execução fundada em título judicial, tornando-o fase processual, e não mais uma ação autônoma. Desta forma, a lei estabeleceu um processo sincrético, ou seja, dentro de um mesmo processo temos funções cognitivas e funções executivas, onde o direito é reconhecido e executado, sem a necessidade de se intentar um novo processo⁵².

Antes da edição da lei havia dois processos autônomos, o processo de conhecimento e o processo de execução, que continham exordiais, citações e sentenças independentes entre si, havendo somente uma intimação que dava conhecimento da sentença e já abria oportunidade para o réu cumprir ou

⁵² CARVALHO, Nordson Gonçalves. Considerações sobre a aplicação do art. 475-J do CPC, no âmbito do direito processual do trabalho. *Revista de direito do trabalho*, São Paulo, V.144, out.-dez. 2011, P.87.

impugnar mediante recurso. Caso a obrigação não fosse cumprida, restava ao credor intentar novo processo para buscar a satisfação⁵³.

Já a partir das mudanças ocorridas, a execução tornou-se uma mera fase processual, havendo uma aceleração procedimental, pois a execução passou a se dar automaticamente após o fim da fase de conhecimento, exigindo seu cumprimento sob pena de multa a ser convertida em favor do credor, dado o desgaste sob o qual este sofre ao não receber o que lhe é de direito espontaneamente⁵⁴.

Todavia, na prática é possível dizer que o que alterou foi a nomenclatura, sendo que o procedimento desde a petição inicial até o encerramento do processo continuou muito parecido com o anterior, passando o processo de execução, a fase de execução, não existindo nova citação. Já em relação a sentença arbitral, penal condenatória ou estrangeiro, permanece necessária a formação de um novo processo de execução, eis que inexistente processo civil anterior⁵⁵.

Ainda é possível se afirmar que a lei 11.232/2005 diminuiu consideravelmente a distância que se tinha entre processo do trabalho e processo civil. Pois no caso de quantia certa, a liquidação deixou de ter um caráter declaratório, e começou a fazer parte de uma ponte integrativa da execução. Não existe mais a possibilidade de um processo autônomo de execução, sendo utilizado um incidente de liquidação a fim de estender a sentença na fase de conhecimento para a execução⁵⁶.

Entretanto, segundo Fernando Correa Martins⁵⁷ a finalidade destas fases continua distinta, pois enquanto a fase de conhecimento elimina a dúvida quanto à existência do crédito, a execução satisfaz esse direito confirmado pela fase de conhecimento, através da expropriação.

⁵³ MARTINS, Fernando Correa. A aplicabilidade da multa do artigo 475-J do CPC no processo trabalhista. **Revista Justiça do Trabalho**, Porto Alegre, Ano 27, Nº 315 Ed. HS, Março de 2010. p. 45 - 46

⁵⁴ Ibidem. p. 46 – 47.

⁵⁵ GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Direito processual Civil Esquematizado**. 6. Ed. São Paulo: Saraíva, 2016, p. 705 – 706.

⁵⁶ OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Manual de processo do trabalho**. 4ª ed. São Paulo: ed. LTR 76, 2011, p. 551.

⁵⁷ MARTINS, Fernando Correa. *Op. Cit.* p. 45.

Em concreto, entre suas mudanças, ela revogou o artigo 584 do CPC de 1973, passando a ser adotado o artigo 515 do CPC (art. 475-N do CPC de 1973) do mesmo código, que passou a citar os títulos executivos judiciais que integram o processo de conhecimento⁵⁸.

A lei também aboliu o artigo 611 do CPC de 1973, não sendo necessário mais a citação, e sim a mera intimação da sentença de liquidação, tendo o devedor o prazo de quinze dias para pagar⁵⁹. No que pese a defesa do devedor, a lei passou a trazer a impugnação, que passa a ocorrer dentro do cumprimento de sentença, sem efeito suspensivo, eliminando desta forma os embargos do devedor, ressalvados os casos da fazenda pública e execução fundada em título extrajudicial⁶⁰.

Além destas mudanças destacadas, existiu uma série de outras mudanças, que contribuíram para esta junção das fases de cognição e execução.

Carlos Henrique Bezerra Leite⁶¹, caracteriza estas mudanças da seguinte forma:

Numa palavra, a lei n. 11.232, modificando a natureza da execução de sentença no processo civil, estendeu o processo sincrético – antes reservado às ações que veiculassem obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa = para as ações condenatórias de obrigação de pagar.

Ainda, com a referida lei houve a criação do artigo 475-J do CPC de 1973 (atual artigo 523 do CPC), que para nosso tema a ser tratado é a principal mudança, que merecerá destaque ao longo do trabalho. Desta forma, passemos a analisar o artigo em espécie.

2.2 O ARTIGO 523, § 1º (artigo 475-J do CPC de 1973) do CPC

Ao iniciarmos esta análise específica sobre o artigo, torna-se imperioso analisarmos o que nos diz o artigo 475-J, fruto da lei 11.232/2005, senão vejamos:

⁵⁸ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Op. Cit.* p. 978.

⁵⁹ OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *Op. Cit.* p. 551.

⁶⁰ LIMA, Juarez Duarte. Impossibilidade de aplicação supletiva em bloco da lei N. 11.232/2005, quanto a execução de sentença no âmbito do processo trabalhista. *Revista LTR*, São Paulo, . Ano 72, Agosto de 2008. P. 973.

⁶¹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Op. Cit.* p. 989.

Art. 475-J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.

§ 1º Do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado (arts. 236 e 237), ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, podendo oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze dias.

§ 2º Caso o oficial de justiça não possa proceder à avaliação, por depender de conhecimentos especializados, o juiz, de imediato, nomeará avaliador, assinando-lhe breve prazo para a entrega do laudo.

§ 3º O exeqüente poderá, em seu requerimento, indicar desde logo os bens a serem penhorados.

§ 4º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput deste artigo, a multa de dez por cento incidirá sobre o restante.

§ 5º Não sendo requerida a execução no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Com a instituição do artigo 475-J pela lei 11.232/05, pode se dizer, que foi alterada a espinha dorsal da execução judicial por título executivo no processo civil, uma vez que trouxe uma grande mudança no procedimento, deixando de ser um processo autônomo e passando a ser apenas uma fase processual de cumprimento de sentença. Passando ao “*sincretismo processual*”, onde fases de conhecimento e execução fazem parte de um único processo⁶².

Com o advento do Novo Código de Processo Civil, o procedimento trazido pelo artigo 475-J do CPC de 1973, foi alterado para o artigo 523 do CPC, vejamos:

Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

§ 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

§ 2º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1º incidirão sobre o restante.

§ 3º Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.

⁶² Schiavi, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. De acordo com Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 1168 – 1169.

Uma mudança considerável com trazida pelo novo código de processo civil está na fixação do termo inicial para fixação da multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º do CPC. Neste sentido, conforme previsão contida no artigo 520, § 2º do CPC, a aplicação da penalidade é devida no cumprimento provisório da sentença condenatória, sendo que antes do advento do novo código de processo civil, o STJ estava firmando entendimento no sentido contrário.⁶³

Para uma melhor compreensão, Manoel Antonio Teixeira Filho⁶⁴, ilustra a aplicação do artigo 475-J (523, § 1º novo CPC) da seguinte forma:

- a) Se o devedor não pagar, voluntariamente, no prazo de quinze dias, a quantia constante da sentença condenatória ou fixada em liquidação, esse montante será, de modo automático, acrescido da multa de dez por cento (*caput*). Se o pagamento for parcial, a multa incidirá sobre o restante (*ibidem*, § 4.º). Nota-se, pois, que essa penalidade pecuniária foi instituída com a finalidade de estimular o devedor ao cumprimento *espontâneo* da obrigação;
- b) Em seguida, a requerimento do credor, será expedido mandado de penhora e avaliação, cumprindo ao requerente, com vistas a isso, atender ao disposto no art. 614, inciso II, do CPC (*ibidem*). Faculta-se-lhe indicar, na mesma oportunidade, os bens a serem penhorados (*ibidem*, § 3.º);
- c) do auto de penhora a avaliação o executado será de imediato *intimado*, na pessoa de seu advogado (arts. 236 e 237), ou, na falta deste, de seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, podendo oferecer *impugnação* ao título executivo no prazo de quinze dias (§ 1.º). As matérias possíveis de serem alegadas na *impugnação* estão enumeradas no art. 475-L.”

De uma forma geral, o artigo 523, § 1º ensina que estando transitada e julgado a sentença líquida, ou ainda, fixado o valor a partir de procedimento de liquidação, o executado será intimado para realizar o pagamento em 15 dias, sob pena de aplicação de multa de 10%, imposta de ofício pelo juiz. Não havendo o pagamento voluntário em 15 dias, além da aplicação da multa, o credor pode requerer expedição de mandado de penhora e avaliação para prosseguimento da execução.⁶⁵

Sobre o artigo, Francisco Antônio de Oliveira⁶⁶ afirma:

“O artigo 475-J é uma demonstração de maior preocupação com o credor e com a efetividade do comando sentencial. A preocupação com o devedor, para que não se perca o equilíbrio entre as partes e não se permitam atitudes egoísticas, é salutar.”

⁶³ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito processual do trabalho**. 14. ed. De acordo com o novo CPC - Lei n.13.105, de 16-3-2015. São Paulo: Saraiva, 2016.p. 1459 – 1460.

⁶⁴ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Op. Cit.** p. 366 - 367.

⁶⁵ SCHIAVI, Mauro. **Op. Cit.** 10ª ed. De acordo com Novo CPC. P. 1169 – 1170.

⁶⁶ OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Op. Cit.** p. 551.

É evidente que o referido artigo torna a execução muito mais célere e eficaz, uma vez que o executado fica pressionado a pagar a quantia determinada na condenação para não incorrer na multa de 10% prevista, e caso haja o pagamento será desnecessária a execução propriamente dita, incluindo penhora, avaliação e outros atos de sub-rogação⁶⁷.

Segundo Gustavo Felipe Barbosa⁶⁸, a partir da introdução deste artigo, trazido pela lei 11.232/05, a execução condenatória por quantia certa passa a conter aspecto de coerção que vem representada pela multa de 10% disposta no caput do artigo, embora permaneça com a característica dos meios de sub-rogação que se dá através dos atos expropriatórios determinados pelo juiz.

Entretanto, Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior⁶⁹ nos ensina que a multa tratada pelo artigo não possui caráter coercitivo, pois não é um meio executório que visa constranger o executado a cumprir a obrigação.

Já Mauro Schiavi⁷⁰, esclarece que a multa, tem uma natureza jurídica híbrida, pois serve tanto como sanção pecuniária para cumprimento da obrigação, como sanção pecuniária pelo não pagamento, sendo, portanto, inibitória e sancionatória.

Cumprе destacar, que embora a referida multa vise constranger o devedor a efetuar o pagamento em dinheiro, se este, não possuir o valor necessário para adimplir a dívida, e demonstrando sua vontade em pagar, oferecer como dação em pagamento um bem que seja de valor necessário para o pagamento, a multa não deve ser aplicada, recebendo o exequente o valor do bem após sua alienação, caso não possua interesse em adjudica-lo. Já no caso de não existir boa-fé do devedor ao oferecer o bem, sendo que possuía o valor para pagar em dinheiro, o juiz, ao tempo que descobrir esta artimanha do executado, deverá aplicar a multa de 10% prevista no artigo 475-

⁶⁷ BARBOSA. Gustavo Felipe. **Curso de direito processual do trabalho**. 2ª ed. Rio de Janeiro: ed. Forense, 2013, p. 727.

⁶⁸ Ibidem. P. 726.

⁶⁹ JÚNIOR. Rubens Fernando Clamer dos Santos. **Processo do trabalho – Uma interpretação constitucional contemporânea a partir da teoria dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: ed. Livraria do Advogado, 2013, p. 162.

⁷⁰ SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. São Paulo. 7ª ed. Ed. LTR. 2014. P. 1084.

J (523, § 1º do Novo CPC) do CPC, além de outras cominações por ato atentatório à dignidade da justiça⁷¹.

O principal foco deste trabalho se dá principalmente sobre o parágrafo primeiro deste artigo 523 do CPC, que traz a previsão da multa, no qual se tem discussões sobre sua aplicação na esfera trabalhista, desta forma, este ponto mereceu maior destaque. Não faremos uma análise mais a fundo do disposto em seus parágrafos tendo em vista o objetivo do trabalho.

2.3 A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA NO DIREITO DO TRABALHO

Diferente da execução cível, em que quando o valor da dívida excede o valor dos bens do devedor este pode ser declarado insolvente, na execução trabalhista, o devedor é sempre considerado solvente, mesmo que o valor da dívida ultrapasse seu patrimônio. Dessa forma, cabe a execução individual de cada credor, pois a execução trabalhista é sempre individual e nunca concursal, podendo ocorrer de o devedor ficar sem recursos para pagar os demais⁷².

A execução por quantia certa tem como objetivo expropriar bens do devedor para satisfazer o direito do credor. Sendo este o meio mais astuto a ser adotado, superando os meios do passado, onde por vezes a execução se dava sobre a pessoa do executado⁷³.

2.3.1 Do momento inicial da execução e seu pagamento

Na justiça do trabalho a execução propriamente dita, se inicia após a homologação dos cálculos, já se tendo a dívida líquida e certa. Nesta ocasião será expedido então o mandado de citação, que será cumprido pelo oficial de justiça, tendo o devedor o prazo de 48 horas para cumprir a obrigação ou ao menos garantir a execução, sob pena de penhora, nos termos do artigo 880 da CLT⁷⁴. Já nos seus parágrafos de uma forma geral, o artigo 880 da CLT dispõe os procedimentos e requisitos necessários, sendo que a citação deve conter a

⁷¹ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 6. Ed. São Paulo: ed. Método, 2014, p. 1.104-1.105.

⁷² TEIXEIRA FILHO, Manuel Antônio. *Op. Cit.* p. 330.

⁷³ Ibidem. p. 331.

⁷⁴ SARAIVA, Renato. *Op. Cit.* p. 564.

decisão ou termo de acórdão não cumprido, devera ser realizada a citação pelo oficial de justiça e ainda, deverá ainda fazer-se citação por edital caso o executado não for encontrado tendo sido procurado duas vezes no intervalo de 48 horas⁷⁵.

Para melhor compreendermos, vejamos o que nos diz o artigo:

Art. 880. Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora.

§ 1º O mandado de citação devera conter a decisão exeqüenda ou o termo de acordo não cumprido.

§ 2º A citação será feita pelos oficiais de Justiça.

§ 3º Se o executado, procurado por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas, não for encontrado, far-se-á citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 5 (cinco) dias.

Nesta citação de que trata o artigo, a rigor, deveria haver a transcrição da sentença ou acordo não cumprido de forma integral, o que na prática muitas vezes não ocorre, devido ao grande número de processos e a agilidade que se busca, o que vem sendo aceito, que por si só não é inválido, uma vez que não acarreta prejuízo a nenhuma das partes. Este mandado deve ainda, indicar as formas de cumprimento da obrigação⁷⁶.

Neste sentido, já entendeu o Superior Tribunal do Trabalho⁷⁷, ao julgar válida uma citação que não continha a transcrição integral da sentença no mandado de citação, com base nos princípios da economia e celeridade processual, tendo em vista que este fato não resultou prejuízo a nenhuma das partes, senão vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. TRANSCRIÇÃO DA DECISÃO EXEQÜENDA NO MANDADO EXECUTIVO. - Verifica-se que o TRT não apreciou a matéria referente à transcrição da decisão exeqüenda no mandado de citação para a execução. Contudo, sem que isso signifique revolvimento de matéria fática, no

⁷⁵ BARBIERI, Maurício Lindenmeyer. *Op. Cit.* p. 371.

⁷⁶ GIGLIO, Wanger D. Corrêa; VELTRI, Claudia Giglio. *Direito Processual do Trabalho*. 16. ed. Porto Alegre: ed. Saraiva, 2007, P. 556.

⁷⁷ TST, *RR 3051900-29.2002.5.06.0900*, Relator Ministro: Carlos Alberto Reis de Paula, Data de Julgamento: 16/06/2004, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/08/2004. Disponível em: <<https://aplicacao5.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=3051900&digitoTst=29&anoTst=2002&orgaoTst=5&tribunalTst=06&varaTst=0900>> Acesso em: 08. Set. 2017.

Mandado decitação de fls. 121 consta o resumo da transcrição da parte dispositiva da sentença, sendo, portanto, suficiente para a validade do ato, pois não se justifica suprir a deficiência com o retorno do processo à origem em face do princípio da economia e celeridade processuais até porque não resultou prejuízo à parte. **Rejeito. CITAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.** De acordo com o art. 896, § 2º, da CLT e com a Súmula nº 266 do TST, a admissibilidade de Recurso de Revista contra acórdão proferido em Agravo de Petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal. No caso, não houve demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal, pelo que não se admite a Revista nesta matéria. **Rejeito. EXCESSO DE EXECUÇÃO.** Não houve demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal, pelo que não se admite a Revista nesta matéria. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

Após devidamente citado, o executado deve pagar conforme dispõe o 881 da CLT, garantir à execução ou indicar bens a penhora, podendo nestas hipóteses opor embargos à execução, nos termos do artigo 882 da CLT⁷⁸.

Em princípio o pagamento de que trata o artigo 881 da CLT⁷⁹ devera ser feito na secretaria, diante do diretor da secretaria, ocasião em que se lavrará um termo de quitação, assinado pelo exequente, executado e diretor de secretaria. Entretanto, caso o exequente não esteja presente no ato está autorizado que a importância seja depositada em um estabelecimento bancário, de preferência o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal⁸⁰.

2.3.2 Dos embargos, penhora e arrematação.

O artigo 882 da CLT⁸¹ dá ao credor a possibilidade de garantir o juízo com dinheiro ou outro tipo de bem, desde que motivado, e não a seu exclusivo interesse. Inclusive, haverá análise pelo juiz, que caso não aceite a justificativa se dará a penhora preferencialmente pelo “BACEN-jud”⁸².

⁷⁸ Ibidem. p. 564-565.

⁷⁹ Art. 881. No caso de pagamento da importância reclamada, será este feito perante o escrivão ou chefe de secretaria, lavrando-se termo de quitação, em 2 (duas) vias, assinadas pelo exequente, pelo executado e pelo mesmo escrivão ou chefe de secretaria, entregando-se a segunda via ao executado e juntando-se a outra ao processo.

Parágrafo único: não estando presente o exequente, será depositada a importância, mediante guia, em estabelecimento oficial de crédito ou, em falta deste, em estabelecimento bancário idôneo.

⁸⁰ GIGLIO, Wanger D. Corrêa; VELTRI, Claudia Giglio. **Op. Cit.** p. 556.

⁸¹ Art. 882. O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da mesma, atualizada e acrescida das despesas processuais, ou nomeando bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no Art. 655 do Código Processo Civil.

⁸² MANUS, Pedro Paulo Teixeira. A execução no processo do trabalho, o devido processo legal, a efetividade do processo e as novas alterações do código de processo civil. **Revista do**

Sustentando este argumento, vejamos o que nos diz o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região⁸³:

MANDADO DE SEGURANÇA – EXECUÇÃO – NOMEAÇÃO À PENHORA NÃO ACEITA – BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS VIA CONVÊNIO BACEN-JUD – SEGURANÇA DENEGADA. A priori, não afrontam direito líquido e certo do executado a não aceitação de nomeação à penhora feita sem observância da ordem legal de preferência e o subsequente bloqueio de ativos financeiros, com o escopo de garantir o pagamento de créditos trabalhistas em execução definitiva.

Neste acórdão, entendeu o tribunal que a não viola direito líquido e certo da parte, a simples não aceitação por parte do juiz de bens indicados a penhora, que inclusive não respeitaram a ordem legal de preferência. Declara ainda a legalidade do bloqueio de ativos financeiros via BACEN-jud, a fim de garantir o adimplemento da dívida em sede de execução.

Entretanto, não havendo pagamento e nem garantia do juízo, o oficial de justiça, conforme disposição do artigo 883 da CLT⁸⁴ retornará ao local onde se encontram os bens, e penhorará tantos bens quanto bastem para saldar a dívida acrescidos de todos os acréscimos legais e processuais⁸⁵.

Após este momento, seguindo o que nos diz o artigo 884 da CLT⁸⁶, caso garantido o juízo, se abre a oportunidade de opor embargos, que de uma forma

tribunal superior do trabalho, São Paulo, Ano 73, Nº 01, Ed. Síntese, Janeiro – Março de 2007. p. 47.

⁸³ TRT 5ª R., MS 0110500-32.2007.5.05.0000, Seção especializada em Dissídios Individuais, Rel. Ivana Mércia Nilo de Magaldi, Data do Julgamento. 12/03/2008, origem 30ª Vara do Trabalho de Salvador – BA, Data da Publicação: 08/04/2008 via DJ. Disponível em: <http://www.trt5.jus.br/consultaprocessos/modelo/consulta_documento_blob.asp?v_id=AAAb0CADDAAABaDKAAp>, Acesso em: 08. Set. 2017.

⁸⁴ Art. 883. Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial.

⁸⁵ SARAIVA, Renato. **Op. Cit.** p. 568.

⁸⁶ Art. 884. Garantida a execução ou penhora os bens, terá o executado ~~5 (cinco)~~ dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

§ 1º A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

§ 2º Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o Juiz ou o Presidente do Tribunal, caso, julgue necessário seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de 5 (cinco) dias.

§ 3º Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.

§ 4º Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e a impugnação à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.

§ 5º Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

geral vão servir como forma de questionar a validade ou existência executiva do título, a fim de restringir sua eficácia, sendo que o prazo para tanto é de cinco dias⁸⁷.

Nestes embargos, só poderá se rediscutir matéria anterior à liquidação de sentença e posterior a sentença exequenda, desde que tenha havido o pré-questionamento, pois caso contrário, caiu em preclusão. Caso não se tenha impugnado algum cálculo ou os laudos periciais, não se poderá rediscutir em sede de embargos. Podendo então rediscutir somente a partir da decisão homologatória dos cálculos, até a interposição dos embargos⁸⁸.

Se efetivando a penhora, haverá um edital de arrematação que será afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com vinte dias de antecedência⁸⁹. Após este edital, haverá a hasta pública, que se inicia através do pregão em data designada no diário oficial ou jornal de grande circulação, conforme determinação do juiz, se procedendo então à praça e o leilão. O bem deve alcançar no mínimo o valor de sua avaliação para poder ser arrematado em praça, não se aplicando aqui o disposto no CPC sobre a matéria, tendo em vista que está regulada na CLT através dos artigos 888 e seguintes⁹⁰.

Manuel Antonio Teixeira Filho⁹¹, nos mostra sistematicamente todo este procedimento da execução por quantia certa no direito do trabalho, senão vejamos:

1. pela CLT:
 - a) o mandado de citação, penhora e avaliação (art. 880, §§ 1.º e 2.º);
 - b) o procedimento diante da não localização do devedor (art. 880, § 3.º);
 - c) a citação do devedor (art. 880, caput);
 - d) o pagamento da dívida (art. 881);
 - e) e o ato de penhora, avaliação e intimação do devedor, bem como a designação de depositário (arts. 882, 883 e 886, § 2.º);
 - f) a impugnação à sentença de liquidação (art. 884, § 3.º);
 - g) os embargos à execução (art. 884);
 - h) a sentença resolutiva da impugnação à sentença de liquidação e dos embargos do devedor (art. 884, § 4.º);
 - i) a subsistência ou insubsistência da penhora (arts. 885 e 886);
 - j) a forma de intimação das partes, quanto à sentença resolutiva dos embargos (art. 886, § 1.º);

⁸⁷ BARBIERI, Mauricio Lindenmeyer. *Op. Cit.* p. 376.

⁸⁸ OLIVEIRA, Francisco Antônio de. *Op. Cit.* p. 634.

⁸⁹ SARAIVA, Renato. *Op. Cit.* p. 598.

⁹⁰ OLIVEIRA, Francisco Antônio de. *Op. Cit.* p. 644.

⁹¹ TEIXEIRA FILHO, Manuel Antônio. *Op. Cit.* p. 67 - 68.

- k) a realização da audiência de instrução (art. 884, § 2.º)
- 1. pela Lei n. 6830/80:
 - a) a suspensão da execução (art. 40);
 - b) a substituição dos bens por dinheiro ou por outros, ou, ainda, o reforço da penhora (art. 15);
 - c) a impugnação à avaliação (art. 13, § 1º);
 - d) a inadmissibilidade de reconvenção na execução (art. 16, § 3.º)
- 4. pelo CPC:
 - a) ordem da penhora (art. 655, mais CLT, art. 882): a.a) a resistência do devedor à ordem judicial de penhora (arts. 600 a 662), a.b) a lavratura do auto (art. 663), a.c) a entregue preso à autoridade policial (art. 663);
 - b) a ineficácia da nomeação de bens à penhora (art. 656);
 - c) os casos de rejeição liminar dos embargos do devedor (art. 739).

Existem ainda dentro desta execução aspectos pontuais, como por exemplo, as modalidades de penhora, que não mereceram destaque, tendo em vista que não é o objeto que se pretende com este estudo.

2.3.3 Da aplicação subsidiária de outras normas na execução trabalhista

Embora os procedimentos de execução trabalhista estejam previstos nos artigos da CLT até aqui estudados, é possível ainda a aplicação subsidiária de outras fontes do direito. Para tanto, devemos observar o disposto nos artigos 769 e 889 da CLT, senão vejamos:

Art. 769. Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

Art. 889. Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

Através de uma leitura dos referidos artigos, é possível compreendermos que a incidência de disposições do processo comum, no qual faz parte o processo civil, no processo do trabalho, vem regulada no artigo 769 da CLT, que nos diz que estará autorizada desde que as normas da CLT não tratem do assunto, além de não apresentarem incompatibilidade com o rito trabalhista ou com seus princípios. Já se tratando da execução propriamente dita, precisaremos analisar também o artigo 889 da CLT, que nos remete a lei 6.830/80 para aplicação subsidiária, e somente se aplica o CPC de forma subsidiária à lei⁹².

⁹² FIOREZE, Ricardo. *Op. Cit.* p. 66-67.

Segundo Renato Saraiva⁹³, a execução trabalhista é regrada por quatro normas legais, a serem aplicadas em uma ordem determinada. Primeiramente a própria CLT, que caso traga omissão abre espaço a lei 5.584/1970 que trata da assistência judiciária na justiça do trabalho e que basicamente dispõe em seu artigo 13º sobre a remição da execução pelo devedor, persistindo a omissão se passa a lei 6.830/1980 e somente por fim, se aplica os preceitos previstos no código de processo civil.

Sergio Pinto Martins⁹⁴ entende que primeiro se deve analisar a CLT ou lei trabalhista que não esteja inserida e caso não haja disposições se aplica a Lei nº 6830/1980. Porém se esta Lei não resolver a questão, está autorizado o uso do CPC, tendo em vista o artigo 769 da CLT.

Sobre a aplicação do CPC, o autor nos ensina nos seguintes termos⁹⁵:

Para haver a aplicação do CPC no processo do trabalho, há necessidade de: a) omissão na CLT; b) compatibilidade com as normas do Título X, que trata do Processo Judiciário do Trabalho. Outro aspecto a considerar é a possibilidade de adaptação do direito processual comum ao andamento da ação trabalhista com suas peculiaridades.

Já Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior⁹⁶, entende ser um grande erro se analisar a aplicação subsidiária apenas com base no artigo 769 da CLT, deixando de fora nossa constituição, inclusive os direitos fundamentais nela dispostos. Pois caso contrário, o artigo da referida lei estaria sendo colocado acima dos direitos fundamentais garantidos por nossa constituição federal, sendo que tal prevalência de uma norma infraconstitucional está condicionada a ser mais benéfica ao trabalhador, devendo se aplicar caso a caso os princípios constitucionais.

A aplicação subsidiária autorizada por lei, não afasta a autonomia do processo do trabalho, pois somente haverá aplicação subsidiária em pontos omissos, até porque o processo do trabalho apresenta matéria diferenciada, aspectos peculiares e princípios próprios.⁹⁷

⁹³ SARAIVA, Renato. **Op. Cit.** p. 528-529..

⁹⁴ MARTINS, Sergio Pinto. *Aplicação do artigo 475-J do CPC no processo do trabalho*. **Revista IOB trabalhista e previdenciária**, São Paulo, V 226, abril 2008, p. 9.

⁹⁵ Ibidem. p.8 - 9

⁹⁶ JUNIOR. Rubens Fernando Clamer dos Santos. **Op. Cit.** p. 162 – 163..

⁹⁷ GARCIA. Gustavo Filipe Barbosa. **Op. Cit.** p.174.

3. A APLICAÇÃO DO ARTIGO 523, § 1ª DO CPC NA EXECUÇÃO TRABALHISTA

Este ponto sem dúvidas tem gerado grandes embates na doutrina, havendo divergências sobre a possibilidade, ou não, da aplicação da multa estabelecida no artigo 523, §1 do CPC (artigo 475-J do CPC/1973), na execução trabalhista.

Portanto, neste capítulo serão abordados os entendimentos destas duas parcelas da doutrina, a fim de compreendermos melhor quais são as justificativas para defender ou não a aplicação deste artigo dentro do processo do trabalho. Por fim, abordaremos os entendimentos jurisprudenciais de nossos tribunais regionais e também do Tribunal Superior do trabalho sobre o assunto.

Feito estes apontamentos gerais, passemos a analisar o que nos diz a doutrina e jurisprudência a respeito.

3.1 POSIÇÕES FAVORÁVEIS A APLICAÇÃO.

Quando tratamos de forma favorável à aplicação da multa prevista no artigo 523, § 1º do CPC (antigo art. 475-J) na execução trabalhista, dois princípios norteadores do processo trabalhista são trazidos a baila, desta forma é importante analisarmos estes dois princípios que são os argumentos mais utilizados para tentar explicar esta aplicação.

São eles os princípios da efetividade e celeridade processual, sendo que possuem previsão constitucional no artigo 5º LXXVIII da C.F, estando na esfera trabalhista o magistrado autorizado através do artigo 832 § 1º da CLT a definir os prazos e as condições do cumprimento. Desta feita, o magistrado deve agir buscando efetivar os princípios constitucionais da efetividade e celeridade processual, buscando inclusive, aplicar o artigo 475-J (art. 523 novo CPC) do CPC para atingir este fim⁹⁸.

No mesmo sentido, Carlos Henrique Bezerra Leite entende que o processo do trabalho sempre teve o sincretismo processual adotado no

⁹⁸ IYUSUKA, Maíke Akihito. Apontamentos sobre a aplicação da multa do art. 475-J do CPC no processo trabalhista. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, editora Revista dos Tribunais. Outubro – Dezembro/2010. p. 115.

processo civil, sendo que nos termos do artigo 832, § 1º da CLT, o juiz possui a liberdade de determinar o prazo e as condições para cumprimento quando da procedência do pedido. Destarte, a aplicação da multa prevista no artigo 523, § 1º do CPC, é plenamente aplicável ao processo do trabalho, tendo em vista a liberdade do juiz de fixar os termos e prazos da execução aliado ao fato de inexistir qualquer violação os princípios fundamentais do processo do trabalho.

99

Ilustrando esta previsão constitucional, Nordson Gonçalves de Carvalho¹⁰⁰ entende que diante da omissão axiológica existente na CLT, juntamente com os princípios da celeridade e economia processual, os quais estão dispostos no artigo 5.º, LXXVIII, da CF/1988, é plenamente aplicável o artigo 475-J (523, § 1º do novo CPC) do CPC no processo do trabalho, sendo uma forma de dar o efetivo cumprimento do comando judicial já transitado em julgado, o que garante a prestação da tutela jurisdicional a todos que procuram o poder judiciário, conforme o disposto no artigo 5.º, XXXVI, da C.F.

Com a Lei 11.232/2005, se trouxe uma unificação das fases processuais de conhecimento e execução, sendo que a CLT de 1943, já havia tratado desta unificação das fases processuais, ou seja, há tempos já se vem buscando a utilização deste princípio da efetividade na execução trabalhista. Portanto, cabe ao magistrado analisar se a CLT por si só é capaz de garantir uma instrumentalidade necessária para o processo ou se é preciso adotar normas de outros ramos do direito para garantir uma maior efetividade na satisfação do direito do credor¹⁰¹.

Sobre o princípio da efetividade Maike Akihyto Iyusuka¹⁰² dispõe: “A efetividade traduz a economia e simplicidade processual visando evitar o máximo de embaraços que possam surgir para as partes dentro de um processo judicial.”

⁹⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Op. Cit.* 14. ed. De acordo com o novo CPC – Lei 13.105, de 16-03-2015. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 1449- 1450.

¹⁰⁰ CARVALHO, Nordson Gonçalves. *Op. Cit.* p. 92.

¹⁰¹ IYUSUKA, Maike Akihyto. *Op. Cit.* p. 115 – 116.

¹⁰² Ibidem. p. 104.

Ainda neste sentido, Mauro Schiavi¹⁰³, defende a aplicação da multa, com base nos princípios, nos seguintes termos:

Para nós, o art. 475-J e o art. 523 do CPC atual se encaixam perfeitamente ao Processo do trabalho, pois compatíveis com os princípios que regem a execução trabalhista, quais sejam:

- a) Ausência de autonomia da execução em face do processo de conhecimento;
- b) Lacuna da efetividade da legislação trabalhista;
- c) Celeridade, efetividade e acesso real do trabalhador à justiça do trabalho;
- d) Interpretação sistemática dos art. 841 e 880 da CLT.”

O direito processual do trabalho deve dar efetividade e celeridade às normas do direito material, permitindo que o processo assegure uma aplicação justa em consonância com os preceitos fundamentais¹⁰⁴. Isto também se deve a emenda constitucional nº 45/2004, que de uma forma geral nos trouxe a celeridade e a efetividade processual como princípios fundamentais.

Ademais, a multa prevista é muito eficaz para que haja pagamento voluntário e célere da obrigação, sendo que desta forma, ela não deve ser afastada do processo trabalhista, pois, se o cidadão que ingressa na justiça comum tem direito a tal benefício e celeridade trazida, não há como se imaginar que o mesmo cidadão na situação de trabalhador não tenha o referido direito¹⁰⁵.

Favorável à aplicação, Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior¹⁰⁶, entende que sobre a compatibilidade com as normas processuais trabalhistas, que é um dos requisitos trazidos pelo artigo 769 da CLT para uma aplicação subsidiária no processo do trabalho, em uma análise sob o prisma constitucional não existe nenhuma incompatibilidade, pois o processo trabalhista serve como instrumento para que se alcance a tutela material pretendida. Neste sentido, temos o artigo 765 da CLT¹⁰⁷, o qual traz um alerta para que o juiz busque o andamento rápido do processo.

¹⁰³ SCHIAVI, Mauro. *Op. Cit.* 10ª ed. De acordo com Novo CPC. p. 1174.

¹⁰⁴ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Considerações sobre a autonomia do processo do trabalho. *Revista de Direito do Trabalho*. São Paulo. Vol. 153. Ed. Revista dos tribunais. Set-Out 2013. p. 174 – 175.

¹⁰⁵ MARTINS, Fernando Correa. *Op. Cit.* p. 52

¹⁰⁶ JUNIOR, Rubens Fernando Clamer dos Santos. *Op. Cit.* p. 163 – 164.

¹⁰⁷ Art. 765. Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

Ainda sobre esta compatibilidade necessária, se torna evidente sua correta aplicação, pois o processo do trabalho visa efetivar os direitos fundamentais de segunda dimensão, além de buscar dar uma maior efetividade a uma justiça comutativa a quem é direcionado¹⁰⁸.

Este também é o entendimento de Nordson Gonçalves de Carvalho¹⁰⁹, o qual sustenta que se tratando do procedimento para a aplicação no processo do trabalho, o correto seria a aplicação integral do disposto no artigo 475-J (523 do novo CPC) do CPC, ou seja, o prazo de quinze dias e não o regido pela CLT, devendo ainda estar expressamente disposto no mandado à cominação da multa, pois senão, se deverá aplicar o procedimento da CLT, que não dispõe sobre multa por descumprimento. Pois, para que haja esta compatibilidade não se podem misturar as duas normas processuais.

Mauro Schiavi¹¹⁰ sintetiza o procedimento da seguinte forma:

- a) A sentença trabalhista na parte dispositiva, deverá, à luz do art. 652, d, e 832 § 1º, ambos da CLT, fazer menção ao prazo de 15 dias para cumprimento espontâneo da sentença, sob consequência de multa de 10%, sobre o total da condenação liquidado;
- b) Menção no dispositivo da sentença de que a multa de 10% incide após 15 dias, contados a partir do trânsito em julgado se a decisão for liquidada;
- c) Menção na sentença que o prazo de 15 dias, se inicia depois da homologação da conta de liquidação, se a sentença não for liquidada. Por cautela, o executado deverá ser intimado da decisão de homologação dos cálculos de liquidação;
- d) Se não estiverem mencionados no dispositivo da sentença o prazo para cumprimento da sentença e a multa de 10%, pensamos, que antes de aplicá-la, na execução, deverá o juiz, uma vez fixado o valor devido, notificar o reclamado para pagar o *quantum* devido em 15 dias, sob consequência da multa, nos termos do art. 523 do CPC.

Já Élisson Miessa dos Santos¹¹¹ entende que transportando tal multa para o processo trabalhista, ela se daria na fase de conhecimento ou liquidação, não havendo incompatibilidades com o prazo disposto no artigo 880 da CLT. Pois o prazo de 48 horas regido pela CLT, se dá em fase de pagamento ou garantia a execução, ou seja, enquanto o prazo de 48 horas se dá na fase de execução propriamente dita, o prazo de quinze dias do artigo

¹⁰⁸ SANTOS, Élisson Miessa dos. A multa do artigo 475-J do CPC e Sua Aplicação no Processo do Trabalho. *Revista IOB trabalhista e previdenciária*, São Paulo, V 226, abril de 2008. p. 22.

¹⁰⁹ CARVALHO, Nordson Gonçalves de. *Op. Cit.* p. 93

¹¹⁰ SCHIAVI, Mauro. *Op. Cit.* 10ª ed. De acordo com Novo CPC. p. 1177 – 1178.

¹¹¹ SANTOS, Élisson Miessa dos. *Op. Cit.* p. 26 – 27.

475-J (atual artigo 523 do CPC0 se dá na fase de conhecimento em caso de sentença líquida, ou de liquidação, em caso de ilíquida.

Este também é o entendimento de Sergio Pinto Martins¹¹², que entende não se aplicar o prazo de quinze dias disposto no artigo 475-J (523, § 1º do Novo CPC) do CPC na execução trabalhista, tendo em vista que o artigo 880 da CLT normatiza o assunto, devendo ser aplicado o prazo de 48 horas. Deve ainda, haver a citação do devedor, e não a intimação, respeitando o disposto na CLT, tendo em vista que não há omissão neste sentido.

Em que pese à omissão necessária à aplicação, esta também existe e esta presente, pois além das questões constitucionais (direitos fundamentais da tutela jurisdicional efetiva e duração razoável do processo), se encontra respaldo no fato de que a multa disposta no artigo 523, § 1º (475-J do CPC de 1973) do CPC trata de uma forma de alcançar maior dignidade da justiça, pois regula caso de pagamento espontâneo da dívida. Para que o processo trabalhista não fosse omissa neste sentido, precisaria dispor sobre multa aplicável em caso de descumprimento voluntário de condenação líquida¹¹³.

Compartilhando deste entendimento, Sergio Pinto Martins¹¹⁴ entende ser aplicável a multa de 10% prevista no artigo, sobre o valor da condenação, por considerar a CLT omissa neste ponto. A omissão se dá pelo fato de a execução buscar celeridade ao processo para que o trabalhador receba sua verba e ainda, pelo fato de que o artigo 880 da CLT não trata sobre a matéria, se encontrando, portanto, a omissão necessária para a aplicação.

É evidente que devemos entender a omissão de uma forma mais abrangente e não de forma literal, pois se não fosse realizada esta análise mais abrangente quanto à omissão, não se poderia conceder recurso adesivo no processo do trabalho, pois a CLT não é omissa neste ponto, estabelecendo em seu artigo 893 os recursos cabíveis, nos quais não contam com a previsão deste recurso adesivo, que é plenamente usado no processo do trabalho¹¹⁵.

¹¹² MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 33. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2012, P. 768.

¹¹³ JUNIOR. Rubens Fernando Clamer dos Santos. **Op. Cit.** p. 164.

¹¹⁴ MARTINS, Sergio Pinto. **Op. Cit.** p. 767.

¹¹⁵ Ibidem. p. 164 - 165.

Ademais, ao se admitir uma interpretação restritiva para a aplicação de multas, estaríamos impedindo a aplicação no processo do trabalho de outras multas, que vem sendo aplicadas, como por exemplo, a multa por ato atentatório ao exercício da jurisdição prevista no artigo 14, parágrafo único do CPC¹¹⁶.

O que não se pode fazer é relutar em aplicar as normas do processo civil que buscam a celeridade processual, por se analisar literalmente as normas da CLT, pois o crédito trabalhista em suas imensas maiorias, são de natureza falimentar, o tornando em um crédito urgente que não pode esperar. Já que existe uma grande falta de atualizações procedimentais na esfera trabalhista, deve ser usado o código de processo civil como forma de facilitar a execução, para atender os interesses destes trabalhadores, que necessitam de seu crédito para sua subsistência.¹¹⁷

Defensor da aplicação, Renato Saraiva¹¹⁸, entende ser positiva a utilização desta sanção no processo trabalhista, se referindo nos seguintes termos:

A aplicação do art. 475-J do CPC ao processo do trabalho, sem dúvida, servirá de estímulo ao devedor para que honre o débito judicial sem a necessidade de movimentação da máquina judiciária através do cumprimento forçado da sentença.

Não há de se falar em uma violação no procedimento trabalhista, tendo em vista que a multa estaria presente na própria sentença, estando na fase de cognição. Não cumprida à obrigação se procederá normalmente à fase executiva já com o acréscimo da multa de 10%, devendo haver a citação do executado para pagar no prazo de 48 horas, sob pena de penhora¹¹⁹.

Entretanto, para que se possa aplicar o referido artigo na execução trabalhista, esta deve ser líquida, não podendo ser aplicado quando a questão é objeto de liquidação. Sendo que este objeto de liquidação ocorre de maneira frequente na execução trabalhista, como por exemplo os casos de horas extras e aplicação de juros e correção monetária¹²⁰.

¹¹⁶ SANTOS, Élisson Miessa dos. *Op. Cit.* p. 22.

¹¹⁷ SCHIAVI, Mauro. *Op. Cit.* p. 1088.

¹¹⁸ SARAIVA, Renato. *Op. Cit.* p. 641 - 642.

¹¹⁹ SARAIVA, Renato. *Op. Cit.* p. 642.

¹²⁰ MARTINS, Sergio Pinto. *Op. Cit.* p. 766 – 767.

Confirmando este entendimento, Gustavo Felipe Barbosa¹²¹, entende ser imperioso que a dívida seja de quantia certa, ou ao menos já liquidada, sendo que a multa uma vez disposta na sentença ou no acórdão na fase de conhecimento transitada em julgado, não pode ser alterada em fase de liquidação ou execução, pois violaria a coisa julgada.

Por sua vez, Mauro Schiavi¹²², entende que o fato de se poder discutir a liquidação trabalhista após o início da execução, desde que garantido o juízo, não é empecilho para a aplicação do artigo 523 do CPC, pois igualmente o executado sofre prejuízos, na medida em que precisa penhorar bens ou depositar valores para poder discutir, de forma definitiva a execução, sendo certo ainda, que a multa de 10% pode, igualmente, ser objeto de embargos a execução e ser abatida quando de eventual provimento dos embargos.

Sobre a incidência desta penalidade na execução provisória, ao se analisar o artigo 475-J do CPC (523 CPC), não se encontra um termo inicial para incidência da multa, e tendo em vista o disposto no artigo 475-O do CPC de 1973, que diz que a execução provisória se dá nos mesmos termos que a execução definitiva, se deduz que deverá haver a incidência da multa independente de trânsito em julgado, ou seja, na execução provisória¹²³.

Confirmando este entendimento, Mauro Schiavi¹²⁴ entende válida a aplicação em execução provisória, pois o artigo 475-J (523 novo CPC) e 475-O do CPC de 1973 não fazem nenhuma ressalva neste sentido, sendo ainda, que os recursos trabalhistas não têm efeitos suspensivos. Cumulado a isto, deve ser prestigiada a decisão do juiz de primeiro grau, pois se em órgão superior vier a ser modificada a decisão, caberá ao exequente reparar os danos causados. Finalizando o pensamento, entende o autor que deverá ser intimado o executado a depositar em quinze dias o valor da execução provisória, sob pena da multa de 10%, devendo ser liberado o limite máximo de sessenta salários mínimos se presentes as hipóteses do § 2º do art. 475-O do CPC.

¹²¹ BARBOSA, Gustavo Felipe. *Op. Cit.* p. 729.

¹²² SCHIAVI, Mauro. *Op. Cit.* 10ª ed. De acordo com Novo CPC. p. 1160 - 1170.

¹²³ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Op. Cit.* p. 1.002.

¹²⁴ SCHIAVI, Mauro. *Op. Cit.* p. 1.097.

Porém, contrariando esta tese, Gustavo Felipe Barbosa¹²⁵ entende que ao se tratar de execução provisória não deve haver a aplicação, pois os artigos 899 da CLT e 475-O do CPC de 1973, respectivamente, tratam que a regra não é do pagamento imediato do valor, e sim de garantia do juízo. Portanto, a multa em fase de execução provisória só poderia ser concebida em se tratando de sentença que também concede a tutela antecipada, o que permitiria a aplicação por causa da urgência de seu cumprimento.

Todavia, esta discussão acerca da aplicação da multa prevista no artigo 523, § 1º do CPC já na execução provisória, deve restar pacífica, na medida que o artigo 520, § 2º do CPC (artigo 475-O do CPC de 1973), trás expressamente que a multa é devida no cumprimento provisória da sentença condenatória.¹²⁶

Em que pese ao percentual de 10% sobre o valor da condenação, disposto no artigo 523 §1º (art. 475-J CPC 1973) do CPC, este não pode ser majorado ou diminuído, tendo em vista que esta multa tem uma origem punitiva, servindo como uma sanção para aqueles que se negam a cumprir de forma espontânea a obrigação já fixada em sentença. Não se confundido com astreinte, que é a multa diária por atraso nos casos de obrigações específicas, servindo como pressão psicológica para que o executado cumpra a sua obrigação¹²⁷.

Cumpre destacar, o entendimento de Sergio Pinto Martins¹²⁸, que nos ensina que a aplicação da multa deve ser de ofício, para buscar cumprir a sentença, sendo que o verbo ser contido no caput do artigo 475-J (§ 1º do artigo 523 do novo CPC), é usado no imperativo, não necessitando portando de requerimento do credor para sua aplicação. Segundo o mesmo autor, a expressão usada no código “a requerimento do credor”, diz respeito a algum outro aspecto, mas não sobre a aplicação da multa.

¹²⁵ BARBOSA, Gustavo Felipe. *Op. Cit.* p. 730.

¹²⁶ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Op. Cit.* – 14. Ed. De acordo com o novo CPC = Lei n.13.105, de 16-3-2015. – São Paulo : Saraiva, 2016. p. 1460.

¹²⁷ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Op. Cit.* p. 1.002.

¹²⁸ MARTINS, Sergio Pinto. Aplicação do artigo 475-J do CPC no processo do trabalho. *Revista IOB trabalhista e previdenciária*, São Paulo, V 226, abril 2008. p. 12 – 13.

Por fim, no que diz respeito ao disposto no artigo 889 da CLT que dispõe a aplicação primeiramente da Lei de execuções fiscais de forma subsidiária, esta deve ser analisada sob o disposto no próprio artigo 1º da LEF, que diz que subsidiariamente se aplica o código de processo civil, ou seja, através de uma análise lógico-sistemática, se compreende que o legislador teve a intenção de trazer amparo ao processo do trabalho com os avanços do processo comum. Pois sem dúvidas o processo do trabalho precisa buscar uma maior efetividade, a exemplo do código de processo civil, não devendo se limitar a interpretar apenas de forma declaratória a legislação, pois senão estaríamos esvaziando a CLT, juntamente com o direito a ser tutelado¹²⁹.

3.2 POSIÇÕES CONTRÁRIAS A APLICAÇÃO

Em relação a parcela da doutrina contrária à aplicação do artigo 523, § 1º (art. 475-J, caput do CPC 1973) do CPC na execução trabalhista, estes também trazem a baila princípios, que contrariam esta aplicação subsidiária no processo do trabalho, sendo eles os princípios do estado democrático do direito, da legalidade, do devido processo legal e da segurança jurídica.

Isto porque, o princípio do estado democrático do direito é acolhido através do artigo 1º da carta constitucional, que afasta por completo qualquer iniciativa ditatorial, garantindo que o poder da autoridade e a liberdade do cidadão, estão regrados através de normas constitucionais e normas infraconstitucionais, afim de que a relação jurídica tenha estabilidade. Desta forma não cabe ao juiz passar por cima de leis especiais, com o intuito de escolher a norma que na sua visão melhor se adapta ao caso, pois seria o mesmo dizer que os artigos 876 a 883 estariam revogados com o surgimento da lei¹³⁰.

O princípio da legalidade por sua vez, esta esculpido no artigo 5º II da C.F, que garante que a lei é a única maneira capaz de obrigar alguém a agir fazendo ou deixando de fazer alguma coisa. Desta forma, este princípio nos garante que não estaremos presos a vontades particulares das autoridades,

¹²⁹ IYUSUKA, Maike Akikyto. **Op. Cit.** p. 117 – 119.

¹³⁰ LIMA, Juarez Duarte. **Op. Cit.** p. 974.

senão pela lei, que não podem exigir das partes algo alheio ao disposto nos artigos 876 a 883 da CLT, pois estariam violando este princípio¹³¹.

A constituição federal no seu artigo 5º LIV dispõe sobre o princípio do devido processo legal, que garante às partes a devida presteza e sem procrastinações nas decisões judiciais¹³². Desta feita, não cabe ao juiz julgar fora das normas legais, sendo que a regras estabelecidas nos artigos 769 e 889, ambos da CLT, visam garantir o devido processo legal, onde as partes tem a segurança de que não será surpreendido com a aplicação de norma diversa da disposta na CLT, quando esta não for omissa sobre o tema¹³³.

Ainda temos o princípio da segurança jurídica, que traz respaldo constitucional no artigo 5º caput da C.F, que garante a igualdade perante a lei e impede a distinção de qualquer natureza, não permitindo que os cidadãos sejam pegos de surpresa, por medidas repentinas, sendo que a intervenção do estado na vida particular tem que estar pautada de segurança jurídica, com normas jurídicas estáveis e seguras. Não permitindo, que o juiz trabalhista, escolha dentro os normativos previstos para a execução, aquele que a seu ver é mais efetivo, já que os artigos que tratam do tema não foram revogados¹³⁴.

Para entendermos ser cabível ou não a aplicação deste artigo, é preciso num primeiro momento abordar o aspecto da omissão, no qual o processo do trabalho sem dúvidas traz em seu contexto lacunas, tanto é que o legislador criou o artigo 769 da CLT para tratar deste aspecto. Porém, em se referindo a tal ponto da execução, não há a lacuna necessária, pois a execução trabalhista é uma forma autônoma regulada pelos artigos 876 a 892 da CLT¹³⁵.

Ademais, as normas processuais trabalhistas possuem supremacia sobre as normas processuais civis, sendo então que não é possível uma aplicação em bloco de normas aparentemente mais céleres, pois existem

¹³¹ IBIDEM. p. 974.

¹³² HONORATO, Aristeu Passos. A aplicabilidade da multa do artigo 475-J do CPC no âmbito do processo trabalhista. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, Ano 35, n. 139, ed. Revista dos tribunais. Julho – Setembro de 2010. p. 33.

¹³³ MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Op. Cit.** p. 44.

¹³⁴ LIMA, Juarez Duarte. **Op. Cit.** p. 974.

¹³⁵ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Op. Cit.** p. 338.

muitos critérios de aplicação de normas da CLT e até mesmo da lei de execução fiscais, para depois chegarmos às normas do CPC¹³⁶.

Segundo Jairo Halper¹³⁷, ao se analisar a legislação, se percebe que a CLT também traz em seu escopo, celeridade processual, não sendo a falta de celeridade o motivo de dificuldades enfrentadas a satisfação dos créditos trabalhistas, e sim, a falta de condições econômicas do executado por via de regra. Portanto, uma aplicação imediata das disposições da Lei 11.232/05 na execução trabalhista se torna equivocada, tendo em vista que a CLT não é omissa neste ponto, além de não estarem revogados os artigos que tratam do tema.

José Cairo Jr.¹³⁸, embora admita considerar que o procedimento traz mais efetividade a execução, não defende a aplicação da multa, pois não encontra a omissão necessária na CLT.

Finalizando este aspecto da omissão, Manoel Antônio Teixeira Filho¹³⁹, completa dizendo que o único ponto que poderia ser omissa em matéria de execução, seria a matéria que pode ser alegada em embargos, pois as descritas no artigo 884 § 1.º da CLT são insuficientes. Mas ainda assim, seria apenas um aprimoramento e não uma alteração estrutural.

Superada a questão da omissão, Manoel Antônio Teixeira Filho¹⁴⁰, nos mostra duas situações que seriam afrontadas com a aplicação, senão vejamos:

- Indisfarçável transgressão aos arts. 769 e 889 da CLT, que estadeiam à omissão como requisito fundamental para a adoção supletiva de norma do processo comum pelo do trabalho, não se podendo considerar configurado esse pressuposto pelo simples fato, por exemplo, de o CPC haver sido dotado de *novas disposições*;
- Arbitrária derrogação dos dispositivos da CLT que disciplinam o processo de execução (notadamente, os arts. 880 e 884), como se fosse juridicamente possível, *lege lata*, normas editadas com vistas ao processo civil deitarem por terra expressas disposições da CLT, que, como é obvio, são *específicas* do processo do trabalho.

¹³⁶ LIMA, Juarez Duarte. *Op. Cit.* p. 976.

¹³⁷ HALPER, Jairo. Execução trabalhista e alterações do CPC. *Revista Justiça do trabalho*, Porto Alegre, Ano 24, N. 282, Junho de 2007. p. 34.

¹³⁸ CAIO JR, José. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 6. ed. São Paulo: ed. Jus Podivm, 2013. P. 857.

¹³⁹ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Op. Cit.* p. 338.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 339.

Mesmo que fosse considerada, apenas para argumentar, que a CLT fosse omissa nesse ponto, seria adotado o artigo 889, da CLT, que afirma que em se tratando de execução, esta eventual lacuna daria espaço à incidência da lei que rege a execução fiscal. Nesta lei, cabem embargos em caso de resistência do devedor, sendo, portanto, irônico afirmar que a referida lei também seria omissa em não falar de multa por não pagamento¹⁴¹.

Ademais, não se podem admitir os argumentos, de que após adotar o CPC, volte-se a aplicar a CLT naquilo que servir a execução trabalhista, pois não há como se unificar dois procedimentos que são diversos, previstos para processos autônomos¹⁴².

Para José Augusto Rodrigues Pinto¹⁴³, que confirma a incompatibilidade entre os procedimentos, uma solução em curto prazo para a divergência causada sobre a questão da multa do artigo 523 (475-J CPC/73) do CPC, seria se o artigo 769 da CLT fosse alterado, no sentido de dar maior compatibilidade sobre a omissão existente e a aplicação subsidiária do CPC no processo do trabalho quando esta aplicação trouxer maior celeridade e efetividade para o processo, derogando assim, o artigo 889 da CLT.

O autor ainda aponta outras duas soluções, sendo que uma delas seria alterar o capítulo V da CLT com a criação de um novo dispositivo que traga a transposição das normas inovadoras do CPC para o processo trabalhista, seguindo o modelo do artigo 1º da Lei n. 11.419/06. Por fim, a terceira solução diz respeito à homogeneização legal dos sistemas civis e trabalhistas, que traria uma unicidade da base principiológica, através dos princípios da celeridade, economia e conciliabilidade, sendo ainda, que temos bons precedentes, como por exemplo, a Itália que adotou este procedimento. Importante mencionar, a segurança jurídica que seria trazida com a prevenção de choques jurídicos, como o que está acontecendo no nosso sistema atualmente¹⁴⁴.

¹⁴¹ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Op. Cit.* p. 340.

¹⁴² HALPER, Jairo. *Op. Cit.* p. 36.

¹⁴³ PINTO, José Augusto Rodrigues. A polêmica trabalhista em torno da Lei n. 11.232/05 –Fase de Cumprimento das sentenças no processo de conhecimento. *Revista LTR*, São Paulo, ano 71, Novembro de 2007. p. 1.301.

¹⁴⁴ *Ibidem.* p. 1.301 – 1.302.

Assim sendo, para Pedro Paulo Teixeira Manus, embora a intenção do legislador tenha sido boa, a aplicação da multa de 10% prevista no artigo 475-J (523, NOVO CPC) do CPC não deve ser aplicada na execução trabalhista, pois além do CPC não ser a primeira fonte subsidiária para aplicação na execução trabalhista, o procedimento é ilegal uma vez que contraria o disposto nos artigos 880 a 883 da CLT. Desta feita, a aplicação é correta dentro do processo civil porque é legal, o que não ocorre no âmbito trabalhista¹⁴⁵.

Cumprem destacar, os ensinamentos de Pedro Paulo Teixeira Manus¹⁴⁶ sobre o tema, que assim dispõe:

Não há fundamento legal para determinar de imediato, tão logo liquidado o crédito, a citação do executado para pagamento sob pena de acréscimo de multa de 10%, com a aplicação do art. 475-J, quer porque há procedimento específico na CLT, que não contempla tal penalidade, quer porque ofende o direito ao devido processo legal ignorar a regra prevista expressamente para tal situação processual.

Inclusive, o artigo 9º da CLT¹⁴⁷, dispõe que serão nulos os atos que buscam fraudar, desvirtuar ou ainda, impedir a aplicação dos preceitos previstos na CLT. Não contrariando a possibilidade do julgador em decidir por equidade, ao invés de aplicar a regra jurídica, pois, não se aplica quando temos a possibilidade de decidir por um princípio geral do direito, o que não se faz por achar que é mais prático e mais rápido impor penalidades não previstas em lei, o que contraria o devido processo legal¹⁴⁸.

Ademais, a aplicação da multa de 10% prevista no CPC, não traria preocupação para o devedor que não possui ou não pretende saldar a dívida. Questiona-se ainda, o que seria mais benéfico, se é o prazo de quinze dias para pagamento inclusive com a previsão da multa de 10%, ou se é, a possibilidade de pagar em 48 horas. Ora, esta aplicação estaria afastando princípios fundamentais do processo do trabalho, como a igualdade entre as

¹⁴⁵ MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Op. Cit.** p. 46.

¹⁴⁶ Ibidem. p. 49.

¹⁴⁷ Art. 9º: Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.

¹⁴⁸ MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Op. Cit.** p. 49.

partes e o menor ônus ao devedor, estando ainda, tacitamente revogando a disposição do artigo 769 da CLT¹⁴⁹.

Pois a CLT para o executado que possui intenção de saldar a dívida, se torna muito mais célere que o CPC, onde se realizaria o pagamento no prazo de 48 horas conforme previsão legal, não se esperando o decurso de prazo previsto no CPC. Já caso fosse aplicado esta parte do CPC, ao haver a intimação através do advogado do devedor para realizar o pagamento no prazo de quinze dias, sob imediata aplicação da multa e a possibilidade de o credor indicar bens a penhora, revogariam tacitamente os artigos 880 e 884 da CLT. E neste sentido, nunca houve pretensão de se modificar o regramento, pois se assim o fosse, se faria através de norma expressa ou modificação da CLT¹⁵⁰.

Enquanto as alegações de que a multa tem por finalidade desestimular resistências procrastinatórias a execução, se aplicaria somente ao processo civil que foi o objeto da lei. Já admitir essa alegação no processo do trabalho, seria agredir o próprio artigo 769 da CLT, pois se violentaria a estrutura de um sistema em vigor a mais de 60 anos, que somente encontraria soluções para envelhecimento do sistema através de normas dirigidas a ele. A própria garantia de juízo do processo do trabalho, já serve como desestímulo a resistência, além de que, vem sendo aplicado o artigo 774 (600 CPC 1973) do CPC de forma subsidiária no processo trabalhista, que dispõe multa de até 20% em caso de oposição maliciosa à execução¹⁵¹.

Segundo Jairo Halper¹⁵², ao se aplicar normas alternadas do CPC de acordo com cada caso, não se estaria contribuindo, inclusive, para a criação do código de processo do trabalho, além de trazer uma grande insegurança jurídica. Ainda completa o autor nos seguintes termos¹⁵³: “A realidade, o cotidiano conhecido e prática trabalhista não podem, estar sujeitas ao sabor de interpretações sem um norte. A execução trabalhista sempre funcionou tecnicamente bem pela utilização da CLT”.

¹⁴⁹ HALPER, Jairo. *Op. Cit.* p. 36 – 37.

¹⁵⁰ Ibidem. p. 37.

¹⁵¹ FILHO, Manoel Antonio Teixeira. *Op. Cit.* p. 343.

¹⁵² HALPER, Jairo. *Op. Cit.* p. 39.

¹⁵³ Idem.

Segundo Manoel Antonio Teixeira Filho¹⁵⁴, caso venha o devedor a ser acometido pela referida multa, e em se tratando da fase de sentença, deverá se manifestar sua inconformidade com a multa, já no recurso ordinário, a fim de evitar que haja a vinculação através do fenômeno da coisa julgada, disposta nos artigos 502 (art. 467 do CPC 1973) do CPC e 5º, inciso XXXVI da CF. Todavia, o devedor também pode intentar embargos declaratórios, pedindo explicações quanto às razões jurídicas que o levaram a optar por aquela norma do CPC, em caso da sentença for omissa quanto a isso.

O autor sustenta ainda, que se a referida multa for mencionada apenas no mandado executivo, segundo a lei, a inconformidade pode ser manifestada apenas em sede de embargos a execução, desde que seja previamente realizada a garantia disposta nos artigos 882 a 884 da CLT. Entretanto, não é justo nem sensato, tirar do devedor a possibilidade de discutir previamente a aplicação de uma multa do processo civil, trazida a execução por mero entendimento do magistrado, o que autorizaria uma ação de mandado de segurança, tendo em vista a transgressão de direito líquido e certo, com base no artigo 760 da CLT e no artigo 5º, inciso LIV, da suprema carta política de nosso País, entre outros artigos¹⁵⁵.

3.3 ANÁLISES JURISPRUDENCIAIS SOBRE O TEMA

Ao tratarmos da aplicação da multa prevista no caput do 523 §1º do CPC (artigo 475-J do CPC de 1973) na execução trabalhista, se torna imperiosa a verificação dos entendimentos da jurisprudência sobre o assunto.

Desta feita, a seguir, analisaremos separadamente os entendimentos dos tribunais regionais do trabalho favoráveis e os desfavoráveis, encerrando com a apresentação do entendimento do superior tribunal do trabalho que é o grau Máximo em se tratando de processo do trabalho.

3.3.1 Tribunais Favoráveis

A aplicação do caput do artigo 475-J do CPC na execução trabalhista tem sido defendida por diversos tribunais do país. De uma forma geral podemos constatar que os tribunais da 4ª, 8ª, 9ª, 21ª e 24ª regiões, vem se

¹⁵⁴ FILHO, Manoel Antonio Teixeira. *Op. Cit.* p. 344.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 344.

mostrando favoráveis à aplicação, embora alguns destes não sejam unânimes neste entendimento. Vejamos então algumas decisões neste sentido, a iniciar pelo entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região¹⁵⁶, que entende da seguinte forma:

MULTA DO ART. 475-J DO CPC. A multa do art. 475-J do CPC de 73 (art. 523 do NCPC) é compatível com o processo do Trabalho, nos termos da Súmula nº 75 deste Tribunal, cuja aplicação é norteada pelo princípio da razoabilidade, de forma a harmonizar a regra geral com o caso concreto. *TRT 4ª R.; AP 0000172-02.2012.5.04.0028; Seção Especializada em Execução; Relª Desª Cleusa Regina Halfen; DEJTRS 15/08/2017; Pág. 565*

O tribunal justifica seu entendimento com base no princípio da razoabilidade, entendendo que a CLT traz a omissão necessária disposta para a aplicação, conforme requisito do artigo 769 da CLT.

Este entendimento vem sendo pacificado pelo TRT 4ª região¹⁵⁷, pois a súmula 75, esclarece da seguinte forma:

A multa de que trata o artigo 523, § 1º, do CPC é compatível com o processo do trabalho, e a definição quanto à sua aplicação efetiva deve ocorrer na fase de cumprimento da sentença

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região¹⁵⁸ compartilha destes entendimentos, julgando nos seguintes termos:

MULTA DO § 1º, DO ART. 523 DO CPC/2015 (ART. 475 -J DO CPC/73). PROCESSO DO TRABALHO. APLICABILIDADE. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Seção Especializada através da OJ EX SE 35, o qual deve ser aplicado em atenção ao disposto no artigo 896, § 3º da CLT, a penalidade prevista no § 1º, do art. 523 do NCPC é aplicável ao processo do trabalho, com base no disposto nos artigos 769 e 889 da CLT. Agravo de petição da executada desprovido nesse aspecto. *TRT 9ª R.; AP 00934/2012-242-09-00.2; Seção Especializada; Relª Desª Thereza Cristina Gosdal; DEJTPR 15/08/2017*

No presente acórdão se entendeu pela aplicação na multa, pois plenamente compatível com o processo do trabalho que é omissa na questão. Neste sentido, para a turma, os artigos 769 e 889 da CLT, autorizam a aplicação da multa prevista no artigo 523, § 1º da CLT. Alias, a seção especializada de execução do TRT9, firmou entendimento através da OJ 35.

¹⁵⁶ *TRT 4ª R.; AP 0000172-02.2012.5.04.0028; Seção Especializada em Execução; Relª Desª Cleusa Regina Halfen; DEJTRS 15/08/2017; Lex Magister, Pág. 565*

¹⁵⁷ Alterada pela Resolução Administrativa nº 19/2016_ Disponibilizada no DEJT dias 27, 30 e 31 de maio de 2016, publicada nos dias 30 e 31 de maio de 2016 e 01 de junho de 2016. Disponível em: < <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/consultas/jurisprudencia/sumula>> Acesso em: 20.Ago. 2017.

¹⁵⁸ *TRT 9ª R.; AP 00934/2012-242-09-00.2; Seção Especializada; Relª Desª Thereza Cristina Gosdal; DEJTPR 15/08/2017, Lex Magister, acesso em 05/10/2017.*

Por fim, vejamos o que nos diz o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª região¹⁵⁹ acerca do tema:

MULTA DO ART. 475-J DO CPC - APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO - Independentemente de ser ou não omissa a CLT a respeito da aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC, deve ser aplicada no cumprimento da sentença trabalhista, pois não se mostra incompatível com os princípios informativos do Direito Processual Laboral imprimindo maior celeridade ao processo, na fase do cumprimento da sentença, inclusive em homenagem ao princípio constitucional do tempo razoável do processo. Demais disso, a natureza alimentar do crédito oriundo da relação de emprego, à luz do art. 100, § 1º-A, da Constituição Federal, justifica ainda mais a incidência da aludida multa, cuja incidência, diga-se de passagem, encontra fundamento também nos arts. 652, letra d, e 832, § 1º, da própria CLT.

O magistrado em sua decisão, sequer entra no mérito de analisar ser ou não a CLT omissa no que tange a multa do artigo 475-J do CPC (atual artigo 523, § 1º do CPC, baseando sua decisão nos princípios constitucionais, tendo em vista que ela é compatível com os princípios informativos do processo do trabalho. Além disso, a multa seria cabível pelo fato de se tratar de um crédito de natureza falimentar, sendo que a própria CLT versa sobre a autonomia do juiz de tratar das condições de cumprimento da sentença, incluindo a cominação de multas, conforme os artigos 654 'd' e 832 § 1º, ambos da CLT.

3.3.2 Tribunais Desfavoráveis

Em que pese aos entendimentos contrários a aplicação do artigo 523, § 1º do CPC (art. 475-J CPC/1073) na execução trabalhista, se verifica que os tribunais da 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 22ª e 23ª regiões vem se mostrando contrários, mesmo que alguns não o são de forma unânimes. Vejamos algumas decisões neste sentido, a iniciar pelo entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região¹⁶⁰:

MULTA DO ART. 475-J DO CPC (PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ART. 523 DO ATUAL CPC). INAPLICABILIDADE AO PROCESSO TRABALHISTA. Revendo posicionamento anterior, passo a entender que a multa prevista no Art. 457-J do CPC de 1973, parágrafo primeiro do atual art. 523 do novo CPC, é

¹⁵⁹ TRT 24ª R., AP 53200605124006 MS 00053-2006-051-24-00-6 (AP), Relator: Francisco das C. Lima Filho, Data do Julgamento: 18/02/2009, origem Vara do Trabalho de Mundo Novo - MS, Data de Publicação: DO/MS Nº 494. de 04/03/2009. Disponível em: <<http://trt-24.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4524663/agravo-de-peticao-ap-53200605124006/inteiro-teor-11258145>> Acesso em: 15. Set. 2017.

¹⁶⁰ TRT 2ª R.; AP 0188100-96.2004.5.02.0072; Ac. 2017/0493240; Quarta Turma; Rel. Des. Fed. Ricardo Artur Costa e Trigueiros; DJESP 18/08/2017, Lex magister, acesso em 05/10/2017.

inaplicável no processo trabalhista, consoante entendimento da Súmula n.31 deste Regional. Recurso patronal ao qual se dá provimento.

De uma forma geral, o magistrado entendeu pela não aplicação da multa, tendo em vista não vislumbrar na CLT a omissão necessária para sua aplicação. Ademais, o rito seria totalmente incompatível, tendo em vista que a CLT já regula a matéria através de seus artigos, afastando, portanto essa aplicação subsidiária por entrar em conflito com suas normas, citando ainda súmula 31 do TRT da 2ª região que pacificou a matéria naquele tribunal. Ainda neste sentido, se posicionou o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região¹⁶¹:

AGRAVO DE PETIÇÃO. MULTA DO § 1º DO ARTIGO 523 DO CPC. INAPLICABILIDADE. O processo do trabalho possui regras próprias e específicas no que se refere ao trâmite e processamento da execução e, por tal, inexistente omissão que demande a aplicação do artigo 769 do comando Celetista para fundamentar a aplicação do artigo 523, § 1º do CPC. Recurso provido.

Compartilhando o entendimento do acórdão citado do Tribunal da 2ª Região, se entendeu pela não aplicação, tendo em vista a falta de omissão e ainda a incompatibilidade deste instituto civil com as normas trabalhistas, citando para isso outras decisões, bem como entendimento do Tribunal Superior do Trabalho.

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região¹⁶², por sua vez, entendeu da seguinte forma:

AGRAVO DE PETIÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA E MULTA. FATO GERADOR. A PARTIR DO EFETIVO PAGAMENTO. A teor da Súmula N.º 5, deste Regional, as contribuições previdenciárias, incidentes sobre créditos trabalhistas reconhecidos na Justiça do Trabalho, só passam a ser exigidas a partir do efetivo pagamento ao empregado dos valores decorrentes do título judicial transitado em julgado. Portanto, não se considera ocorrido o fato gerador da contribuição previdenciária na data da prestação dos serviços, mas sim, quando do pagamento de valores cujas parcelas guardam natureza remuneratória e resultam de Sentença Condenatória ou de Acordo Homologado. Nesse sentido, somente incidirão juros de mora e multa sobre o valor das contribuições previdenciárias decorrentes dos créditos trabalhistas reconhecidos em juízo (artigo 114, VIII, da CF e artigo 832, § 3.º, da CLT) se o pagamento de tal

¹⁶¹ TRT 1ª R., AP **00103085120135010046**, Relator: ANTONIO CESAR COUTINHO DAIHA, 3ª TURMA, origem 46ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RS Data de Publicação: 19/07/2017 via DEJT. Disponível em: <<http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/handle/1001/929324?themepath=PortalTRT1>> Acesso em: 09. Set. 2017.

¹⁶² TRT 7ª R., AP **0157400-36.2000.5.07.0009**, Relator: FRANCISCO JOSE GOMES DA SILVA, Data de Julgamento: 10/10/2016, 2ª TURMA, Data de Publicação: 25/10/2016 via DEJT. Disponível em: <http://www3.trt7.jus.br/consultajuris/documento.aspx?fv_jidx=349525> Acesso em: 09. Set. 2017.

contribuição não ocorrer no prazo legal, definido no artigo 276, do Decreto N.º 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social), a saber, o dia 2 (dois) do mês subsequente ao da liquidação da Sentença. Agravo de petição conhecido e provido. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. NÃO CABIMENTO NO PROCESSO DO TRABALHO. O processo de execução trabalhista possui regramento próprio na CLT, com previsão, inclusive, das penalidades a serem impostas ao executado, razão por que não há que se falar em aplicação da multa do art. 475-J, do CPC, sucedido pelo art. 523, § 1º, do NCPC, conforme entendimento expresso na Súmula nº 3 deste Regional. AGRAVO DE PETIÇÃO CONHECIDO E DADO PROVIMENTO.

Cumprе destacar, este entendimento, que mais uma vez faz menção há falta de omissão e incompatibilidade deste artigo do processo civil na execução trabalhista. Acrescenta ainda, o magistrado, a questão de haver previsão expressa na CLT quanto a execução trabalhista, inclusive com a previsão de penalidades.

Por fim, para melhor ilustrarmos este entendimento contrário, vejamos o que nos diz o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região¹⁶³:

MULTA DO ART. 523 DO CPC/2015 (ART. 475-J DO CPC/1973). INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. "MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INCOMPATIBILIDADE COM O PROCESSO DO TRABALHO. REGRA PRÓPRIA COM PRAZO REDUZIDO. MEDIDA COERCITIVA NO PROCESSO TRABALHO. DIFERENCIADA DO PROCESSO CIVIL. O art. 475-J do CPC determina que o devedor que, no prazo de quinze dias, não tiver efetuado o pagamento da dívida, tenha acrescido multa de 10% sobre o valor da execução e, a requerimento do credor, mandado de penhora e avaliação. A aplicação de norma processual extravagante, no processo do trabalho, está subordinada a omissão no texto da Consolidação. Nos incidentes da execução o art. 889 da CLT remete à Lei dos Executivos Fiscais, com fonte subsidiária. Persistindo a omissão o direito processual comum é, como quer o art. 769, o processo civil como fonte subsidiária por excelência. Não há omissão no art. 880 da CLT a autorizar a aplicação subsidiária. Nesse sentido a jurisprudência da c. SDI se firmou, no julgamento dos leading case E-RR-383 00-47.2005.5.01.0052 (Relator Ministro Brito Pereira) e E-RR - 1568700-64.2006.5.09.0002 (Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga), julgado em 29/06/2010). Recurso de embargos conhecido e provido, no tema, para afastar a multa do art. 475-J do CPC". (ERR 34800024.2005.5.09.0513; Acórdão redigido pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga; DFJT 17.12.2010). Ressalvas do Relator. Agravo de Petição conhecido e provido.

No acórdão o tribunal os argumentos que são utilizados para negar a aplicação da multa, alegando a autonomia do processo trabalhista frente ao processo civil que é aplicável apenas de forma subsidiária, existindo omissão na norma trabalhista, o que não se verifica neste tema.

¹⁶³ TRT 10ª R., AP 00155-2015-006-10-00-4, Relator: José Leone Cordeiro Leite, Data de Julgamento: 26/07/2017, 3ª TURMA, Data de Publicação: 04/08/2017 via DEJT. Disponível em: <https://www.trt10.jus.br/index.php?mod=ponte.php&ori=adv&pag=juris_segunda&path=servico_s/consweb/juris_segunda_instancia.php> Acesso em: 09. Set. 2017.

É evidente, que a posição contrária, tem sido a maioria nos Tribunais Regionais do Trabalho, que tem como foco principal, a não existência de omissão e compatibilidade entre as normas, o que por si só, não autoriza a aplicação subsidiária do artigo 475-J do CPC, na execução Trabalhista. Uma vez superado esta questão, passemos nosso foco para análise do entendimento do Tribunal Superior do Trabalho.

3.3.3 Entendimento do Tribunal Superior do Trabalho

O Superior Tribunal de Trabalho, órgão máximo em se tratando da matéria trabalhista, vem entendendo em sua maioria pela não aplicação da multa instituída pelo artigo 475-J do Código de Processo Civil, na execução trabalhista. Para melhor elucidarmos o argumento, vejamos algumas decisões acerca do assunto, a iniciarmos pelo entendimento da 3ª Turma¹⁶⁴:

RECURSO DE REVISTA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC/1973 (ART. 523 DO CPC/2105). INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. A controvérsia não demanda mais discussões nesta Corte Superior que decidiu, mediante decisão do Tribunal Pleno, em incidente de recursos repetitivos, IRR-1786- 24.2015.5.04.0000, em sessão realizada no dia 21/8/2017, que A multa coercitiva do artigo do artigo 523, parágrafo 1º do CPC (antigo artigo 475-J do CPC de 1973) não é compatível com as normas vigentes da CLT por que se rege o processo do trabalho, ao qual não se aplica. Recurso de revista conhecido por violação do art. 769 da CLT e provido.

A referida decisão negou a aplicação da multa, sob o argumento de que para que fosse possível sua aplicação, seria necessário que a CLT não tratasse do assunto, além de a multa ser compatível com o processo trabalhista. Ainda, referiu que a matéria se trata de entendimento pacífico no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, através de incidente de recursos repetitivos julgado pelo Tribunal Pleno em 21 de agosto de 2017. O mesmo entendimento é adotado pela 8ª turma¹⁶⁵ do Tribunal Superior do Trabalho, senão vejamos:

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC DE 1973. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO NO JULGAMENTO DO IRR-, EM 21/8/2017, O TRIBUNAL PLENO DO TST CONFIRMOU, POR MAIORIA, O ENTENDIMENTO DE QUE A MULTA DO ARTIGO 475. J DO CPC/73 (ATUAL MULTA DO ARTIGO 523, § 1º, DO NOVO CPC) NÃO SE

¹⁶⁴ TST; RR 0242700-21.2009.5.15.0140; Terceira Turma; Rel. Min. Alexandre de Souza Agra; DEJT 22/09/2017; Pág. 2224. Lex Magister. Acesso em: 24. Set. 2017.

¹⁶⁵ TST; RR 0007047-67.2015.5.04.0000; Oitava Turma; Relª Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi; DEJT 22/09/2017; Pág. 3128. Lex magister. Acesso em: 24. Set. 2017.

APLICA AO PROCESSO DO TRABALHO, POR HAVER REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA DA MATÉRIA NA CLT. Recurso de Revista conhecido e provido.

De toda sorte, antes mesmo do julgamento da pacificação do entendimento pela inaplicabilidade da multa contida no artigo 523 § 1º do CPC no processo do trabalho através do julgamento de recursos repetitivos, o Tribunal Superior do Trabalho já vinha se mostrando contrário a aplicação, vejamos o que nos diz a 5ª turma¹⁶⁶:

RECURSO DE REVISTA. MULTA DO ARTIGO 475 - J DO CPC (523, § 1º, DO NCP). INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. PROVIMENTO. A normatização contida no artigo 475 - J do CPC/73 (523, § 1º, do NCP) para ausência de pagamento do executado tem previsão correlata no artigo 883 da CLT, o que afasta a aplicação supletiva daquele preceito legal, sob pena de afronta ao princípio do devido processo legal. Precedentes. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.

Entendeu a turma, pela inaplicabilidade da multa, tendo em vista que a matéria de execução na seara trabalhista, possui previsão expressa no artigo 883 da CLT, o que por si só, afasta a subsidiariedade do CPC neste ponto, sob pena de afronta ao princípio do devido processo legal. Igualmente já havia se posicionado a 3ª Turma, em que pese o entendimento do relator seja pela aplicabilidade da multa, vejamos¹⁶⁷:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. RECURSO DE REVISTA. MULTA DO ART. 475 - J DO CPC/73 (ART. 523 DO CPC/2015). INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. Demonstrado no agravo de instrumento que o recurso de revista preenchia os requisitos do art. 896 da CLT, dá-se provimento ao agravo de instrumento, para melhor análise da arguição de violação do art. 5º, LV, da CF/88. Agravo de instrumento provido. **RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. 1. MULTA DO ART. 475 - J DO CPC/73 (ART. 523 DO CPC/2015). INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO.** A jurisprudência do TST, quanto à aplicabilidade do art. 475 - J do CPC/73 (art. 523 do CPC/2015), firmou-se no sentido de que o processo do trabalho deve seguir as normas específicas contidas na CLT quanto à execução de suas decisões. Foi nesse sentido que, em 26/06/2010, a SBDI-I deste Tribunal julgou o processo E-RR- 38300-47.2005.5.01.0052, no qual decidiu pela inaplicabilidade ao processo do trabalho da multa do art. 475 - J do CPC/73 (art. 523 do CPC/2015). Ressalva-se, no entanto, o posicionamento do Relator. Recurso de revista conhecido e provido no tema. **2. MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ART. 461 DO CPC/73 (ARTS. 536, §1º, E 537 DO CPC/2015). NATUREZA DIVERSA DA CLÁUSULA PENAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 412 DO CCB. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO CUMPRE O PRESSUPOSTO DO ART. 896, §2º, DA CLT.** A jurisprudência pacífica deste TST é no sentido de que a multa do art. 461 do CPC/73 (arts. 536, §1º, e 537 do CPC/2015) não se confunde com a cláusula

¹⁶⁶ TST; RR 0210574-31.2014.5.21.0024; Quinta Turma; Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos; DEJT 26/08/2016; Pág. 1639. Lex Magister. Acesso em: 24. Set. 2017.

¹⁶⁷ TST; RR 0000399-42.2012.5.04.0561; Terceira Turma; Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado; DEJT 20/05/2016; Pág. 881. Lex Magister. Acesso em: 24. Set. 2017.

penal, não lhe sendo aplicada, por conseguinte, a disposição do art. 412 do CC/02, que limita o valor desta última ao da obrigação principal. Recurso de revista não conhecido no particular.

Neste acórdão, o entendimento foi o de afastar a multa do artigo 475-J (atual 523, § 1º) do CPC, pois não foi vislumbrada a omissão e compatibilidade necessárias para permitir sua aplicação. O relator ainda enfatizou que a matéria vem se pacificando dentro do Tribunal Superior do Trabalho, que vem afastando a aplicação deste artigo em suas decisões, citando decisão da SBDI-I quanto ao tema, ressaltando seu entendimento pessoal.

Porem, a inaplicabilidade da multa do artigo 475-J, caput do CPC (atual 523, § 1º), na execução trabalhista, embora seja majoritariamente predominante, não é unânime dentro do Tribunal Superior do Trabalho, uma vez que, já houve algumas decisões que defendem a aplicação. Vejamos uma decisão da 1ª turma¹⁶⁸ neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO. POSSIBILIDADE. 1. As normas estabelecidas no Código de Processo Civil serão fonte subsidiária ao processo de execução trabalhista quando, naqueles procedimentos compatíveis com o processo do trabalho, não existir disposição específica a respeito da matéria na Consolidação das Leis do Trabalho e nas normas que regem a execução fiscal. 2. A Consolidação das Leis do Trabalho e as normas que disciplinam a execução fiscal são omissas quanto à multa descrita no artigo 475-J do Código de Processo Civil, o que torna possível a sua aplicação ao processo de execução trabalhista. 3. A multa em comento configura uma ferramenta de incentivo para que o devedor cumpra voluntariamente a ordem judicial, em atenção ao princípio da celeridade insculpido no artigo 5º, LXXVIII, da Constituição da República. 4. Não há falar, assim, em incompatibilidade da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil com o processo do trabalho, porquanto referido comando normativo não tem o condão de alterar o sistema de execução trabalhista, mas apenas de complementá-lo, acrescentando um mecanismo que confere efetividade à execução. 5. Ileso, portanto, o artigo 5º, II e LIV, da Constituição da República. 6. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

Entendeu a 1ª turma, que a multa é aplicável na execução trabalhista, uma vez que não existe na CLT e nem na Lei de Execuções Fiscais menção a tal medida, o que a torna omissa. Ademais, a aplicação vem de encontro com o princípio da celeridade, insculpido no artigo 5º LXXVIII da C.F, sendo que sua compatibilidade encontra respaldo no fato de que tal dispositivo não tem o

¹⁶⁸ TST, AIRR **399405420065090658**, Relator: Lelio Bentes Côrrea, Data de Julgamento: 18/11/2009, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/11/2009. Disponível em: <<https://aplicacao5.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=0039940&digitoTst=54&anoTst=2006&orgaoTst=5&tribunalTst=09&varaTst=0658>> Acesso em: 24. Set. 2017.

condão de alterar o procedimento, e sim complementá-lo, não ferindo, portanto, quaisquer princípios constitucionais.

Neste sentido, Carlos Henrique Bezerra Leite, aponta que o único argumento utilizado pelo Tribunal Superior do Trabalho para negar a incidência da multa prevista no artigo 523, § 1º do CPC se encontra em inexistência de lacuna normativa. Todavia em outras hipóteses como por exemplo na súmula 303 do TST, o mesmo adota integralmente o artigo 475 do CPC, quanto a remessa necessária à sentenças superiores a 60 salários mínimos, mesmo inexistindo qualquer omissão quanto ao tema, eis que o decreto-lei 779/69 prevê recurso ordinário *ex officio* de todas as decisões, independente do valor da condenação. Assim se verifica total contradição no posicionamento do TST quanto a aplicação subsidiária do TST.¹⁶⁹

Ainda, segundo Bezerra Leite¹⁷⁰, com o atual artigo 523, § 1 do CPC bem como pelas mudanças trazidas pelo Novo Código de Processo Civil, o entendimento do TST deve mudar, vejamos:

Parece-nos que o entendimento do TST deverá ser modificado com o advento do Novo Código de Processo Civil, pelos seguintes fundamentos:

- o art. 15 do NCPC determina que suas disposições serão aplicadas não apenas subsidiariamente como também supletivamente no processo do trabalho;
- a multa de 10% prevista no § 1º do art. 523 do NCPC consta em um parágrafo isolado, que deve ser utilizado de forma suplementar ao procedimento previsto no art. 880 da CLT, diferentemente do que ocorria com o art. 475-J do CPC/73, no qual a multa ora focalizada estava inserida “dentro” do procedimento alusivo ao cumprimento da sentença que reconheça obrigação de pagar quantia certa;
- o NCPC está a demonstrar a existência de lacunas ontológicas e axiológicas no tocante à aplicação de multa como forma de efetivar o cumprimento espontâneo do comando obrigacional contido na sentença;
- há manifesta compatibilidade da aplicação da multa em apreço com a principiologia que fundamenta o processo do trabalho;
- além disso, e o que é mais importante, a aplicação da multa prevista no § 1º do art. 523 do NCPC atende aos princípios/garantias/direitos fundamentais da razoável duração do processo, da efetividade e da celeridade, tendo, assim, pleno cabimento na execução trabalhista.

¹⁶⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Op. Cit.** – 14. Ed. De acordo com o novo CPC = Lei n.13.105, de 16-3-2015. – São Paulo : Saraiva, 2016.p. 1454 – 1455.

¹⁷⁰ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente, que a Lei 11.232/2005, trouxe mudanças que simplificaram de maneira categórica a execução cível, tornando o processo muito mais célere e eficaz, ao unificar as fases de conhecimento e execução, tornando o processo único. O artigo 475-J, caput do CPC (atual artigo 523, § 1º), que foi fruto desta lei, ao estipular o acréscimo de uma multa no percentual de 10% sobre o valor da execução, no caso de não haver pagamento espontâneo no prazo estipulado, contribuiu em muito para a eficácia e celeridade processual, se tornando, portanto, muito bem visto e aplicável dentro do ramo do direito que o criou.

Entretanto, conforme verificado ao longo desta pesquisa, não há um entendimento pacífico dentro da doutrina a respeito da aplicação do artigo 523, § 1º do CPC (475-J do CPC de 1973) na execução trabalhista, sendo que, os doutrinadores defendem bem sua posição, com argumentos plausíveis nas duas vertentes.

De um lado temos as posições favoráveis, que encontram respaldo em seus argumentos basicamente nos princípios da celeridade e efetividade, sendo a multa categórica, para contribuir para a rápida e eficaz resolução do processo e a satisfação do crédito do credor, que por se tratar de um crédito trabalhista, toma a posição de um crédito essencial para subsistência.

Em contrapartida, as posições contrárias se baseiam basicamente nos princípios do estado democrático do direito, da legalidade, do devido processo legal e da segurança jurídica, além da disposição da própria CLT em seus artigos 769 e 889. Desta forma não seria possível esta aplicação, pois o procedimento já está previsto dentro da norma específica, não sobrando brechas para utilização de outras normas.

Desta feita, em razão destas controversas, que não aparentam estar perto de pacificarem a questão, a solução seria alterar a legislação sobre o assunto, a fim de se traçar uma solução a ser seguida, seja proibindo ou permitindo o uso desta norma, ou ainda, criando uma norma específica dentro da CLT tratando desta cominação em caso de não cumprimento espontâneo da execução no prazo legal.

No âmbito da jurisprudência, estamos encontrando atualmente certa pacificação jurisprudencial dentro do Tribunal Superior do Trabalho, que vem entendendo pela incompatibilidade do artigo 523, § 1º (antigo artigo 475-J) do CPC com a execução trabalhista, e assim sendo, inaplicável na mesma. Entretanto, nem mesmo tal entendimento do TST, vem pacificando os Tribunais Regionais, tendo em vista que conforme analisado, existem tribunais que vem defendendo a aplicação deste artigo, com base nos mesmos argumentos apontados no âmbito doutrinário.

Portanto, é preciso uma pacificação jurisprudencial neste sentido, pois não é plausível continuarmos a mercê desta discricionariedade que está ocorrendo dentro dos tribunais, que vem afetando as partes, que buscam no poder judiciário um processo justo e confiável.

Não há dúvidas que já passou da hora desta pacificação, pois já fazem cerca de 12 anos que a lei 11.232/2005 trouxe para dentro do processo civil, o artigo 475-J do CPC (atual artigo 523, § 1º do CPC), o que sem dúvidas trouxe grandes avanços dentro do procedimento civil. Mas, este avanço não ocorreu na esfera trabalhista, que mesmo com a reforma trabalhista que buscou defender interesses específicos de certas classes econômicas, permaneceu inerte neste sentido, não podendo, portanto, se utilizar de outras normas para “tapar” alguma brecha que a CLT tenha deixado no âmbito da execução.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 13. ed. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2010.

BARBIERI, Maurício Lindenmeyer. **Curso de direito processual trabalhista**. São Paulo: ed. LTR, 2009.

BARBOSA, Gustavo Felipe. **Curso de direito processual do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. Forense, 2013.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 01ª Região, **AP 00715005520025010018**, 6ª turma, Relatora. Rosana Salim Villela Travesedo, Data do Julgamento. 16/08/2006, Origem: 18ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ. Data da Publicação: 13/09/2006. Disponível em: <<http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/44688/00715005520025010018%2313-09-2006.pdf?sequence=1&#search=digite+aqui...>> Acesso em: 08. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 01ª Região, **AP 00103085120135010046**, Relator: ANTONIO CESAR COUTINHO DAIHA, 3ª TURMA, origem 46ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RS Data de Publicação: 19/07/2017 via DEJT. Disponível em: <<http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/handle/1001/929324?themepath=PortalTRT1/>> Acesso em: 09. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **AP 0188100-96.2004.5.02.0072**; Ac. 2017/0493240; Quarta Turma; Rel. Des. Fed. Ricardo Artur Costa e Trigueiros; DJESP 18/08/2017, Lex magister, acesso em 05/10/2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, **AP 0069900-49.2006.5.03.0132**, Turma Recursal, Relator. Paulo Mauricio Ribeiro Pires, Data do Julgamento. 09/11/2010, origem 02ª Vara do Trabalho de Barbacena - MG, Data da Publicação: 18/11/2010. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/consulta/detalheProcesso1_0.htm > Acesso em: 18. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, **AP 777301 7773/01**, 2ª turma, Rel. Fernando Antonio de M. Lopes, Data do Julgamento. 12/03/2010, Data da Publicação: 20/03/2002. Disponível em: <http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/TRT-3/attachments/TRT-3_AP_777301_4e906.pdf?Signature=jaR3OUEoOSmp4Hsb7njSvT%2FCwmw%3D&Expires=1411062154&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=253286d735779a0580512ab0f4ba9b34> Acesso em: 08. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **AP 0000172-02.2012.5.04.0028**, Seção Especializada em Execução, Relª desª Cleusa Regina Halfen, DEJTRS 15/08/2017, Lex Magister, acesso em 05/10/2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região., MS **0110500-32.2007.5.05.0000**, Seção especializada em Dissídios Individuais, Relatora. Ivana Mércia Nilo de Magaldi, Data do Julgamento. 12/03/2008, origem 30ª Vara do Trabalho de Salvador – BA, Data da Publicação: 08/04/2008 via DJ. Disponível em: <http://www.trt5.jus.br/consultaprocessos/modelo/consulta_documento_blob.asp?v_id=AAAb0CADDAAABaDKAAp>, Acesso em: 08. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, **RO 0096500-51.2009.5.06.0122**, 1ª turma, Relatora. Aline Pimentel Gonçalves, Data do Julgamento. 17/06/2010, origem 02ª Vara do Trabalho de Paulista –PE, Data da Publicação: 24/08.2010. Disponível em: <<http://www.trt6.jus.br/portal/servicos/consulta-processual>> Acesso em: 08. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. **AP 0157400-36.2000.5.07.0009**, Relator: FRANCISCO JOSE GOMES DA SILVA, Data de Julgamento: 10/10/2016, 2ª TURMA, Data de Publicação: 25/10/2016 via DEJT. Disponível em: <http://www3.trt7.jus.br/consultajuris/documento.aspx?fv_jidx=349525> Acesso em: 09. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **AP 00934/2012-242-09-00.2**, Seção Especializada, Relª Desª thereza Cristina Gosdal, DEJTPR 15/08/2017, Lex Magister, acesso em 05/10/2017.

BRASIL. Tribunal regional do Trabalho da 10ª Região. **AP 00155-2015-006-10-00-4**, Relator: José Leone Cordeiro Leite, Data de Julgamento: 26/07/2017, 3ª TURMA, Data de Publicação: 04/08/2017 via DEJT. Disponível em: <https://www.trt10.jus.br/index.php?mod=ponte.php&ori=adv&pag=juris_segunda&path=servicos/consweb/juris_segunda_instancia.php> Acesso em: 09. Set. 2017

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, **AP 0000233-64.2005.5.14.0403**, 2ª turma, Relator. Carlos Augusto Gomes Lôbo, Data do Julgamento. 12/05/2010, origem 03ª Vara do Trabalho de Rio Branco - AC, Data da Publicação: 13/05/2010. Disponível em: <http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/TRT-14/IT/AP_233_RO_1305784337370.pdf?Signature=Rv3hEI7OPKctouiltsRyM2gO16E%3D&Expires=1411059141&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-ash=d9b5e5596c445f885df744a37e134ee0> Acesso em: 08. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. **AP 53200605124006** MS, Relator: Francisco das C. Lima Filho, Data do Julgamento: 18/02/2009, origem Vara do Trabalho de Mundo Novo - MS, Data de Publicação: DO/MS Nº

494. de 04/03/2009. Disponível em: <<http://trt-24.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4524663/agravo-de-peticao-ap-53200605124006/inteiro-teor-11258145>> Acesso em: 15. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, **AP 0039700-77.2000.5.24.0005**, Relator. Marcio Vasques Thibau de Almeida, Data do Julgamento. 30/07/2003, Origem: 5ª Vara do Trabalho de Campo Grande – MS. Data da Publicação: 04/09/2003. Disponível em: <http://www.trt24.jus.br/www_trtms/pdfViwer?tipo=DOC.DOCUMENTO&id=120383> Acesso em: 08. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **RR 0242700-21.2009.5.15.0140**; Terceira Turma; Rel. Min. Alexandre de Souza Agra; DEJT 22/09/2017; Pág. 2224. Lex Magister. Acesso em: 24. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, **RR 0007047-67.2015.5.04.0000**; Oitava Turma; Relª Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi; DEJT 22/09/2017; Pág. 3128. Lex magister. Acesso em: 24. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, **RR 0210574-31.2014.5.21.0024**; Quinta Turma; Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos; DEJT 26/08/2016; Pág. 1639. Lex Magister. Acesso em: 24. Set. 2017

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, **RR 0000399-42.2012.5.04.0561**; Terceira Turma; Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado; DEJT 20/05/2016; Pág. 881. Lex Magister. Acesso em: 24. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, **AIRR 399405420065090658**, Relator: Lelio Bentes Côrrea, Data de Julgamento: 18/11/2009, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/11/2009. Disponível em: <<https://aplicacao5.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=0039940&digitoTst=54&anoTst=2006&orgaoTst=5&tribunalTst=09&varaTst=0658>> Acesso em: 24. Set. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, **RR 3051900-29.2002.5.06.0900**, Relator: Carlos Alberto Reis de Paula, Data de Julgamento: 16/06/2004, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/08/2004. Disponível em: <<https://aplicacao5.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=3051900&digitoTst=29&anoTst=2002&orgaoTst=5&tribunalTst=06&varaTst=0900>> Acesso em: 08. Set. 2017.

CAIO JR, José. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: ed. Jus Podivm, 2013.

CARVALHO, Nordson Gonçalves. Considerações sobre a aplicação do art. 475-J do CPC, no âmbito do direito processual do trabalho. **Revista de direito do trabalho**, São Paulo, V.144, p. 87, out.-dez. 2011.

CINTRA, Antônio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 30. ed. São Paulo: ed. PC editorial LTDA, 2014.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Considerações sobre a autonomia do processo do trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, Vol. 153, Ed. Revista dos tribunais, p. 174 – 175, Set-Out 2013.

GIGLIO, Wanger D. Corrêa; VELTRI, Claudia Giglio. **Direito Processual do Trabalho**. 16. ed. Porto Alegre: ed. Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Direito processual Civil Esquematizado**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

HALPER, Jairo. Execução trabalhista e alterações do CPC. **Revista Justiça do trabalho**. Porto Alegre, Ano 24, N. 282, p. 34, Junho de 2007.

HONORATO, Aristeu Passos. A aplicabilidade da multa do artigo 475-J do CPC no âmbito do processo trabalhista. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, Ano 35, n. 139, ed. Revista dos tribunais, p. 33, Julho – Setembro de 2010.

IYUSUKA, Maike Akihyto. Apontamentos sobre a aplicação da multa do art. 475-J do CPC no processo trabalhista. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, p. 115, Outubro – Dezembro/2010.

JÚNIOR, Rubens Fernando Clamer dos Santos. **Processo do trabalho – Uma interpretação constitucional contemporânea a partir da teoria dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: ed. Livraria do Advogado, 2013.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 9. ed. São Paulo: ed. LTR75, 2011.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 14. ed. De acordo com o novo CPC – Lei. 13.105, de 16-3-2015. São Paulo: Saraiva, 2016.

LIMA, Juarez Duarte. Impossibilidade de aplicação supletiva em bloco da lei N. 11.232/2005, quanto a execução de sentença no âmbito do processo trabalhista. **Revista LTR**, São Paulo, Ano 72, p. 973, Agosto de 2008.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. A execução no processo do trabalho, o devido processo legal, a efetividade do processo e as novas alterações do código de processo civil. **Revista do tribunal superior do trabalho**, São Paulo, Ano 73, Nº 01, ed Síntese, p. 47, Janeiro – Março de 2007.

MARTINS, Fernando Correa. A aplicabilidade da multa do artigo 475-J do CPC no processo trabalhista. **Revista Justiça do Trabalho**, Porto Alegre, Ano 27, Nº 315 Ed. HS, p. 45 – 47, Março de 2010.

MARTINS, Sergio Pinto. Aplicação do artigo 475-J do CPC no processo do trabalho. **Revista IOB trabalhista e previdenciária**, São Paulo, V 226, p. 6, abril 2008.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 33. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2012.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: ed. Método, 2014.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Manual de processo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: ed. LTR 76, 2011.

PINTO, José Augusto Rodrigues. A polêmica trabalhista em torno da Lei n. 11.232/05 – Fase de Cumprimento das sentenças no processo de conhecimento. **Revista LTR**, São Paulo, ano 71, p. 1301 - 1302, Novembro de 2007.

SANTOS, Élisson Miessa dos. A multa do artigo 475-J do CPC e Sua Aplicação no Processo do Trabalho. **Revista IOB trabalhista e previdenciária**, São Paulo, V 226, p. 22, abril de 2008.

SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: ed. Método, 2007.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. 7. ed. São Paulo: ed. LTR, 2014.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. 10. ed. De acordo com Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 1168 – 1169.

SOUZA, Marcelo Papaléo De. **Manual da execução trabalhista**. São Paulo: LTR, 2005.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Execução no processo do trabalho**. 10. ed. São Paulo: ed. LTR, 2011.